



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 005/2026
PROCESSO Nº 007490/2026**

Cód. CidadES Contratações: 2026.042E0500001.01.0061

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **MUNICÍPIO DE LINHARES/ES**, pessoa jurídica de direito público, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, através da Equipe de Pregão, designada pela **Portaria nº 041, de 13 de março de 2026**, sediada Avenida Augusto Pestana, n.º 790, Centro, Linhares, Estado do Espírito Santo, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE (MAIOR DESCONTO)**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 1.606/2023, e as exigências estabelecidas neste Edital.

A conferência do edital cabe ao licitante no momento da retirada do mesmo.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Pregão Presencial tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção corretiva e preventiva de SERRALHERIA E CALDEIRARIA, incluindo fabricação, montagem, soldagem, recuperação, pintura e instalação de estruturas metálicas e itens em aço inox, com fornecimento de materiais necessários, para atendimento das demandas do Hospital Geral de Linhares.

2. CREDENCIAMENTO, PROPOSTA COMERCIAL E A DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA

2.1 Os envelopes contendo os documentos de **Credenciamento, Proposta Comercial e a Documentação Habilitatória** deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante, contendo em suas partes externas e frontais, além da razão social da firma e o nº do CNPJ os seguintes dizeres: "PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº. 005/2026.", com o subtítulo "CREDENCIAMENTO" "PROPOSTA DE PREÇOS" e o com o subtítulo "DOCUMENTAÇÃO".

2.2 Os envelopes deverão ser entregues no Departamento de Licitações, Compras e Contratos, desta Prefeitura, **até as 08 horas e 30 minutos do dia 10 de novembro 2026**, sob pena de não aceitação dos envelopes entregues em desconformidade com o disposto.

2.3 A abertura dos envelopes contendo o Credenciamento, documentação de habilitação e propostas ocorrerão em sessão pública, a ser realizado em:

LOCAL: Sala de reuniões do Pregão, Localizada na Avenida Augusto Pestana, nº 790, Centro, Linhares-ES.

DATA: 10/11/2026

HORÁRIO LIMITE PARA ENTREGA DE ENVELOPES: 08 HORAS E 30 MINUTOS

HORÁRIO DE ABERTURA DE ENVELOPES: 09:00 HORAS

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhares.es.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

3 VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

3.1 O valor estimativo destinado a contratação será de **R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais)** sendo estimado: R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais) 40% (quarenta por cento) do valor estimado para despesa de **PEÇAS** e R\$ 192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais) 60% (sessenta por cento) para **SERVIÇOS**.

4 REFERÊNCIA DE TEMPO

4.1 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas na documentação relativa ao certame.

5 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1 Poderão participar do processo os interessados, pessoa física ou jurídica, que atenderem a todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

5.1.1 Consideram-se Micro e Pequenas Empresas aptas à participação no presente certame aquelas que preenchem os requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não se enquadrem em nenhuma das situações descritas no Parágrafo 4º do referido Art. 3º.

5.1.2 As pessoas jurídicas reunidas em consórcio poderão participar do processo licitatório, desde que observados os seguintes requisitos:

5.1.2.1 Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

5.1.2.2 Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

5.1.2.3 Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

5.1.2.4 Impedimento da empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

5.1.2.5 Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

5.1.2.6 Para o consórcio acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção.

5.1.2.7 O acréscimo previsto no item 5.1.2.6 não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

5.1.2.8 O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 5.1.2.1.

5.1.2.9 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhaires.es.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

5.2 Não poderão participar, direta ou indiretamente, de qualquer fase deste processo licitatório, os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

5.2.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.2.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.2.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.2.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.2.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.2.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.2.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.2.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

5.2.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.2.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3 O impedimento de que trata o item 5.2.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.4 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhares.es.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPÍRITO SANTO

os itens 5.2.2 e 5.2.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.5 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.6 O disposto nos itens 5.2.2 e 5.2.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.7 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderão participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/21.

5.8 A vedação de que trata o item 5.2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6 DA CONDUÇÃO DO CERTAME LICITATÓRIO

6.1 O certame será conduzido pelo agente de contratação, denominado pregoeiro, cujas competências encontram-se descritas no artigo 28 do Decreto Municipal nº 1.606/2023.

7 DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

7.1 O Representante Legal ou Representante Constituído poderá apresentar no ato da abertura da sessão junto ao Pregoeiro e equipe de apoio ou protocolizar **Envelope** para credenciamento juntamente com a Declaração de Enquadramento no regime das MEs e EPPs e Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação, conforme modelo constante dos Anexos IV e VIII, o documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, conforme modelo contido no Anexo VII deste Edital;

7.1.1 Na hipótese de os licitantes não apresentarem no momento da entrega dos envelopes, a Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação, de caráter obrigatório, o Pregoeiro disponibilizará a estes um modelo de declaração que poderá ser preenchido e assinado pelo representante credenciado.

7.1.2 Havendo a necessidade os documentos de credenciamento poderão ser autenticados no ato da abertura da sessão junto ao Pregoeiro e equipe de apoio;

7.1.3 Encaminhamento de cópia autenticada do Registro comercial, no caso de empresa individual **ou**; Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na junta comercial, observado as exigências do novo Código Civil e da Lei 11.127, de 28 de junho de 2005, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores **ou**; Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício **ou**; Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhaires.es.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPÍRITO SANTO

registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.4 Fazendo-se representar por proprietário, sócio ou diretor, este deverá comprovar através de cópia autenticada de um dos itens 7.1.3, conforme o caso, a condição alegada de representante, e consequente posse de poderes para prática de todos os atos inerentes ao certame, juntamente **com cédula de identidade (original) e/ou cédula de identidade autenticada**, ou documento equivalente.

7.1.5. Caso a empresa se faça representar por terceiros, deverá apresentar:

7.1.5.1. Instrumento procuratório público ou particular, neste último caso, **com firma reconhecida** em cartório e cópia autenticada de um dos itens 7.1.3, conforme o caso, que lhe outorgue poderes específicos para a prática de todos os atos inerentes ao certame, juntamente com a cédula de identidade do OUTORGADO; ou

7.1.5.2 Cópia autenticada de um dos itens 7.1.3, conforme o caso, juntamente com o Termo de Credenciamento constante no anexo IV deste edital; juntamente com a **cédula de identidade (original) e/ou cédula de identidade autenticada**, ou documento equivalente do CREDENCIADO.

7.2. A NÃO APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE OU DOCUMENTO EQUIVALENTE EXIGIDO NOS ITENS ACIMA ACARRETERÁ O DESCRENCIAMENTO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA LICITANTE.

8. DA OPERACIONALIDADE DO CERTAME

8.1- Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

8.2 – Nos termos do artigo 17 da Lei nº 14.133/2021, a sessão pública será registrada em ata e gravada em áudio e vídeo, e a gravação será juntada aos autos do processo licitatório depois de seu encerramento.

9 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 Os envelopes contendo os documentos dos licitantes deverão ser entregues no Departamento de Licitações, Compras e Contratos da Prefeitura Municipal de Linhares no local, dia e hora determinados no preâmbulo do Edital, devidamente lacrados e rubricados no fecho, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE.

9.2 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.3 Declarada a abertura da sessão de Pregão pelo Pregoeiro Oficial, dando-se início ABERTURA dos envelopes e após o horário designado para protocolo dos envelopes, não mais serão admitidos novos proponentes.

9.4 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando nova data e horário para a continuidade da mesma.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

10 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

10.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos previstos no Decreto Municipal nº 1.606/2023.

10.2 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR LOTE (MAIOR DESCONTO)** portanto, a proposta **deverá ser datilografada ou digitada**, apresentada em papel timbrado ou impresso da empresa, sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas; suas folhas devem estar preferencialmente numeradas e rubricadas e a última assinada pelo seu representante legal, obedecendo rigorosamente aos termos do edital e do Termo de Referência,

10.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.6 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.7 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.9 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

10.9.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do ES e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

11 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1 - Para o julgamento do presente Pregão será adotado o critério do **MENOR PREÇO POR LOTE (MAIOR DESCONTO)**.

11.2 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observadas as disposições contidas no artigo 61 da Lei nº 14.133/21, bem como a existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.2.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

11.2.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhares.es.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

11.2.3 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

11.2.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.2.5 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

11.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

11.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

11.6 O Pregoeiro conduzirá as rodadas de lances até a apresentação da proposta mais vantajosa que será declarada arrematante.

11.7 Após este ato, será encerrada a etapa competitiva (de lances) e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de MENOR PREÇO POR LOTE (MAIOR DESCONTO).

11.8 Auxiliado pela Equipe de Apoio o Pregoeiro examinará e emitirá juízo quanto a aceitabilidade observado os requisitos do objeto apresentado, bem como o valor proposto pela primeira classificada, e o atendimento aos requisitos deste Edital e seus Anexos, decidindo motivadamente a respeito.

11.9 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital e Anexos

11.10 Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicada a aquisição/serviços, definida no objeto deste Edital e Anexos.

11.10.1 Ocorrendo a situação a que se refere este item, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhares.es.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

obtido preço melhor.

11.11 No caso de igualdade do preço ofertado entre duas ou mais propostas, o Pregoeiro Oficial efetuará sorteio na própria sessão pública, para definição da ordem de oferta de lances.

11.12 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro e licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio, sendo-lhes facultado este direito.

11.13 Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e Anexos, a Proposta será desclassificada.

11.14 Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa em sessão e na proposta específica, prevalecerá a da proposta.

11.15 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital e Anexos.

11.16 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

11.16.1 - Para a apresentação das propostas deverá ser observado o disposto no termo de referência quanto a formulação das propostas, que deverá ser apresentada em atenção a fórmula a seguir indicada:

11.16.2. O julgamento das propostas será pelo MENOR PREÇO POR LOTE (MAIOR DESCONTO), mencionado no inciso I, parágrafo primeiro, do artigo 61, da Lei nº 14.133/21, mediante a apuração de valor referencial para cada lote

utilizando-se a seguinte fórmula:

Valor Referencial do lote = $(60 \times M) + [40 \times (100 - P)]$, onde:

Valor referencial do lote = Valor meramente estimativo para julgamento

M = Número inteiro, sem centavos, correspondente ao Valor da mão-de-obra /hora

P = Número inteiro, sem casas decimais, correspondente ao desconto sobre peças e acessórios.

11.16.3 A título de ilustração, exemplificamos abaixo o cálculo do valor referencial para cada lote utilizando cotações hipotéticas:

- Supondo que a cotação para o valor da mão de obra /hora seja de R\$ 50,00, então $M = 50$ - Supondo que a oferta de desconto sobre peças e acessórios seja de 10%, então $P=10$ - Aplicando a fórmula para a apuração do valor final referencial do lote:

$VR = (60 \times 50) + [40 \times (100-10)] = 3.000 + (40 \times 90) = 6.600$

11.16.4 O valor referencial apurado para o lote, de acordo com a fórmula acima indicada servirá para a classificação das propostas, em ordem decrescente de valor.

11.16.4.1 - A desistência em apresentar lances verbais implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

12 DA HABILITAÇÃO

13.1 Caso atendidas as condições de participação e julgamento, serão analisados os documentos de habilitação do licitante, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/21, quais sejam:

12.1.1 HABILITAÇÃO DE PESSOA FÍSICA

12.1.1.1 A apresentação de certidões ou atestados de qualificação técnica expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter as pessoas físicas fornecido materiais ou prestado serviços compatíveis com o objeto da licitação.

12.1.1.2 Documentos de habilitação exigidos para pessoa física incluem:

- a) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- b) Prova de regularidade perante a Seguridade Social e trabalhista;
- c) Certidão negativa de insolvência civil;
- d) Declaração de que atende os requisitos do edital ou do aviso de contratação direta;
- e) Declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.1.1.3 Exigência de que a pessoa física, ao ofertar seu lance ou proposta, acrescente um percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração.

12.1.1.4 Exigência do cadastramento da pessoa física no Sistema de Registro Cadastral Unificado (SICAF).

12.1.1.5 O valor referente ao percentual de contribuição patronal (20%) será subtraído do valor da proposta final do adjudicatário e recolhido pela Administração ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), conforme estabelecido no parágrafo único do art. 5 da IN/SEGES 116/2021.

12.1.2 HABILITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA

12.1.2.1 Registro comercial, no caso de empresa individual; ou

12.1.2.2 Ato constitutivo e alterações subsequentes, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou

12.1.2.3 Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício; ou

12.1.2.4 Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.1.2.5 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhaires.es.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO

12.1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.1.3.1 Certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial, ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante em data não superior a 30 (trinta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

12.1.3.2 Balanço patrimonial e demonstrações de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (2024 e 2025), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; Estes documentos deverão conter as assinaturas dos sócios, do contador ou técnico responsável com os respectivos termos de abertura e encerramento, registrados na Junta Comercial ou Cartório de Registro, comprovando a boa situação financeira da empresa, veda a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. As empresas obrigadas, na forma da Lei, a escriturar a movimentação contábil através do Sistema Público de Escrituração Contábil Digital - (SPED) deverão apresentar o Recibo e as Demonstrações Contábeis extraídas do Sistema Público de Escrituração Contábil Digital - (SPED) juntamente com os Termos de Abertura e Encerramento do último exercício social;

12.1.3.2.1 Se tratando de MEI - Microempreendedor Individual, será indispensável a apresentação do Balanço patrimonial;

12.1.3.3 O conjunto completo de demonstrações contábeis da entidade deve incluir todos os seguintes demonstrativos, no que couber:

- balanço patrimonial ao final do período;
- demonstração do resultado do período de divulgação;
- demonstração do resultado abrangente do período de divulgação. A demonstração do resultado abrangente pode ser apresentada em quadro demonstrativo próprio ou dentro das mutações do patrimônio líquido. A demonstração do resultado abrangente, quando apresentada separadamente, começa com o resultado do período e se completa com os itens dos outros resultados abrangentes;
- demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período de divulgação;
- demonstração dos fluxos de caixa para o período de divulgação;
- notas explicativas, compreendendo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias.

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL	ME E EPP ITG 1000	PME's NBC TG 1000	REGRA GERAL	S.A DE CAPITAL ABERTO
B.P.	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
D.R.	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

D.R.A.	Facultativa	Pode ser substituída pela DLPA	Obrigatório	Obrigatório
D.L.P.A.	Facultativa	Facultativa (Obrigatória se substituir a DRA ou a DMPL)	Facultativa	Facultativa
D.M.P.L.	Facultativa	Pode ser substituída pela DLPA	Obrigatório	Obrigatório
D.F.C.	Facultativa	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
N.E.	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
D.V.A.	Facultativa	Facultativa	Facultativa	Obrigatório

12.1.3.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

12.1.3.5 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas.

$$\begin{aligned}
 \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}
 \end{aligned}$$

12.1.3.5.1 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

12.1.4 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

12.1.4.1 Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.1.4.2 Comprovação de Regularidade com a Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais conjunta com a Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida por órgão da Secretaria da Receita Federal, unificada com a Certidão Negativa de Débito com o INSS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por lei, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – conforme Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014).

12.1.4.3 Comprovação de Regularidade perante a Fazenda Municipal: Certidão dos Tributos relativos ao domicílio

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhaires.es.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

ou sede do proponente.

12.1.4.4 Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado.

12.1.4.5 Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

12.1.4.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, fornecida no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho;

12.1.4.7 Certidão Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho, da circunscrição da sede da licitante, para comprovar as condições do item 5.2.7.

12.1.4.7.1 Esta certidão se faz necessária para conferência de pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

Links para Emissão de Certidão Eletrônica do TRT, abaixo:

TRT	JURISDIÇÃO	SEDE	LINK
TRT 1	RJ	Rio de Janeiro	https://pje.trt1.jus.br/certidoes/trabalhista/emissao
TRT 2	SP E SANTOS	São Paulo	https://pje.trt2.jus.br/certidoes/trabalhista/emissao
TRT 3	MG	Belo Horizonte	https://certidao.trt3.jus.br/certidao/feitosTrabalhistas/aba1.emissao.htm;jsessionid=KR2x8E+O2zIVRrsYc6oqARgD
TRT 4	RS	Porto Alegre	https://pje.trt4.jus.br/certidoes/trabalhista/emissao
TRT 5	BA	Salvador	https://pje.trt5.jus.br/certidoes/trabalhista/emissao
TRT 6	PE	Recife	https://pje.trt5.jus.br/certidoes/trabalhista/emissao
TRT 7	CE	Fortaleza	https://pje.trt7.jus.br/certidoes/trabalhista/emissao
TRT 8	PA e AP	Belém	https://pje.trt8.jus.br/certidoes/trabalhista/emissao
TRT 9	PR	Curitiba	https://pje.trt9.jus.br/certidoes/trabalhista/emissao
TRT 10	DF e TO	Brasília	https://pje.trt10.jus.br/certidao_online/jsf/publico/certidaoOnline.jsf?idTRT10M=77
TRT 11	AM e RR	Manaus	https://certtrab.trt11.jus.br/ceat/certidaoTrabalhista/emiteCertidao.xhtml
TRT 12	SC	Florianópolis	https://pje.trt12.jus.br/certidoes/trabalhista/emissao
TRT 13	PB	João Pessoa	https://pje.trt13.jus.br/certidoes/trabalhista/emissao
TRT 14	RO e AC	Porto Velho	https://pje.trt14.jus.br/certidoes/trabalhista/emissao

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhaires.es.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

TRT 15	SP, salvo TRT 2	Campinas	https://trt15.jus.br/servicos/certidoes/certidao-eletronica-de-aco-es-trabalhistas-ceat
TRT 16	MA	São Luís	https://pje.trt16.jus.br/certidoes/trabalhista/emissao
TRT 17	ES	Vitória	https://pje.trt17.jus.br/certidoes/trabalhista/emissao
TRT 18	GO	Goiânia	https://sistemas.trt18.jus.br/consultasPortal/pages/Processuais/Certidao.sea m
TRT 19	AL	Maceió	https://pje.trt19.jus.br/certidoes/trabalhista/emissao
TRT 20	SE	Aracaju	https://pje.trt20.jus.br/certidoes/trabalhista/emissao
TRT 21	RN	Natal	https://apps.trt21.jus.br/certidao-web/#/certidao
TRT 22	PI	Teresina	https://sadj.trt22.jus.br/certidao/fcd66323-1231-4ff0-ba33-9070ceb66d21
TRT 23	MT	Cuiabá	https://pje.trt23.jus.br/certidoes/trabalhista/emissao
TRT 24	MS	Campo Grande	https://adm.trt24.jus.br/certidao/pages/certidao/index.xhtml;jsessionId=UAMa_tQUW66un0jUpqU9_a4QRXjGIKwHygd-r5Sl.certidao-online-web-deploy-5d67cf8bc9-lp4tv?windowId=25c

12.1.5 DECLARAÇÕES

12.1.5.1 **DECLARAÇÃO** de atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da CF, na forma do modelo ANEXO;

12.1.5.2 **DECLARAÇÃO** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

12.1.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1.6.1 Comprovação de aptidão para o desempenho de atividades pertinentes, compatíveis em características, quantidades e prazos, mediante apresentação de atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatíveis com o objeto desta licitação, devidamente assinado pela pessoa responsável, preferencialmente em papel timbrado da empresa emissora.

12.1.6.1.1 A exigência de comprovação de experiência mínima de 02 (DOIS) ano nas características técnicas da contratação e nas condições específicas de execução no âmbito do hospitalar, unidade hospitalara, unidade de médio e alto grau de complexidade, e ou similares.

13. OBSERVAÇÕES SOBRE A HABILITAÇÃO

1. Objeto constante do ato constitutivo da empresa deve ser compatível com o objeto licitado.
2. Não serão aceitas certidões positivas de âmbito, exceto quando constar da própria certidão ressalva que autorize a sua aceitação.
3. A documentação exigida nos subitens do item 7 deverá ser compatível com as respectivas inscrições nas esferas federal, estadual e municipal, sendo vedada, na apresentação, a mesclagem dos documentos de estabelecimentos

Pregão Presencial FMS nº 003/2020

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhaires.es.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPÍRITO SANTO

diversos (número de inscrição no C.N.P.J.).

4. A aceitação dos documentos obtidos via "internet" ficará condicionada conforme o caso, a confirmação de sua validade também por esse meio, pela Equipe de Apoio ou pelo **Pregoeiro**.

5. **Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente.** Para efeito da validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de **03 (três) meses** entre a data de sua expedição e a da abertura do certame.

6. Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada por tabelião de notas ou por oficiais do Registro Civil das pessoas naturais, competentes ou em publicação de órgão da imprensa oficial conforme artigo 32 da Lei de Licitações.

6.1.1 Poderão ser autenticados documentos nas sessões da licitação do Credenciamento, bem como, do Envelope C "Documentos de Habilitação", desde que as cópias simples constantes no envelope C estejam acompanhadas na sua forma original.

6.1.2 Na hipótese da apresentação de documentos sem "autenticação" e não havendo as originais em seu poder será **inabilitado do certame**.

7. Os documentos exigidos para habilitação, consoante o estabelecimento no item 7 deste Edital, não poderão, em hipótese alguma, ser substituído por protocolos que configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado para a abertura do certame.

8. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o Pregoeiro inabilitará o licitante.

9. A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10. Em caso de a empresa apresentar documento com restrição quanto à regularidade fiscal, para que as empresas regularizem sua situação, será-lhe assegurado o prazo 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial será declarado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, na forma do § 1º do art. 43 da Lei Complementar 123/2006 e 147/2014.

11. Os modelos anexados ao edital servem apenas como orientação, não sendo motivo de inabilitação ou desclassificação a apresentação de documentos que sejam elaboradas de forma diferente e que contenham os elementos essenciais.

14 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser feitos por qualquer pessoa, em **até 03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, podendo ser realizados de forma eletrônica.

14.1.1 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, apresentar

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhaires.es.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPÍRITO SANTO

resposta sobre a impugnação e o pedido de esclarecimento, no prazo de **até 03 (três) dias úteis** contados da data de recebimento da impugnação ou do pedido de esclarecimento, **limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame**.

14.2 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

14.4 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no EMAIL **pregao@linhares.es.gov.br**, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

15 DOS RECURSOS

15.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/21.

15.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

15.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

15.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

15.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

15.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

15.4 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.5 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.6 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.8 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhares.es.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPÍRITO SANTO

16.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.1.3 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.1.5 A convocação feita por e-mail, sendo responsabilidade de o licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

18 DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA ARREMATANTE/VENCEDORA

18.1 A empresa vencedora obrigará-se a cumprir o Contrato, este edital e as disposições de sua proposta.

18.2 A empresa licitante declarada vencedora deverá apresentar os documentos exigidos no Edital e TR, **no prazo de 03 (três) horas**; ficará na responsabilidade da secretaria quanto o ateste no atendimento da documentação.

18.2.1 Certificado de Registro da Empresa junto ao CREA-ES.

18.2.2 Comprovação de que possui em sua Equipe Técnica (para ser indicado como responsável técnico dos serviços), profissional de nível superior com graduação em engenharia civil, registrados via CTPS ou contrato de prestação de serviço ou Sócio comprovado via Contrato Social.

18.2.2.1 A apresentação e anexação dos documentos acima é necessária para a comprovação e a regularização técnica da empresa declarada vencedora do certame, habilitando-a formalmente para a celebração do futuro contrato administrativo, garantindo assim a segurança jurídica e a lisura do procedimento licitatório.

18.3 Os documentos da empresa declarada arrematante/vencedora, constantes no item 18.2 e seus subitens deste edital, ficará na responsabilidade da secretaria quanto o ateste no atendimento da documentação.

18.4 O licitante vencedor será convocado pela Administração para assinatura do termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito de contratação e aplicação das penalidades administrativas cabíveis.

18.5 Os documentos exigidos para a empresa declarada arrematante/vencedora, consoante o estabelecido no item 18.2 deste Edital, não poderão, em hipótese alguma, ser substituído por protocolos que configurem o seu requerimento.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

19 OBRIGAÇÕES DAS PARTES

19.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1.1 Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato;

19.1.2 Fornecer à contratada todas as informações necessárias visando propiciar a perfeita execução dos serviços;

19.1.3 Promover, por meio do servidor designado pela Secretaria competente, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada;

19.1.4 A Contratante pagará à Contratada pelos serviços prestados, em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, caso haja a aceitabilidade do bem, cumprido o fornecedor as etapas estabelecidas no Edital/Empenho, cabendo ao contratado comprovar sua regularidade fiscal conforme solicitado para habilitação no certame licitatório.

19.1.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Secretaria Municipal de Saúde.

19.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.2.1 Executar os serviços conforme estabelecido no contrato e de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, fiscalizando juntamente com o servidor especialmente designado para essa tarefa;

19.2.2 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto sem a prévia anuência da CONTRATANTE;

19.2.3 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe a Lei Nº 14133/21 e alterações.

19.2.4 Dispor de equipamento, material e pessoal especializado e no quantitativo necessário ao cumprimento do objeto contratado, respeitando as normas de higiene e segurança no trabalho;

19.2.5 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser realizados por técnicos especializados, com emprego de técnica aperfeiçoada, ferramentas adequadas para cada tipo de equipamento/serviço;

19.2.6 Indenizar a CONTRATANTE, por quaisquer danos pessoal ou material, quando resultantes de ação ou omissão, negligência, imprudência ou imperícia dos seus empregados ou prepostos, bem como reparar, corrigir, remover, ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, quando constatados vícios, defeitos, ou incorreções resultantes da má execução ou de materiais empregados;

19.2.7 Arcar com os pagamentos de taxas, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, bem como seguros, desde que resultantes da contratação com o município;

19.2.8 Designar, junto a Secretaria Municipal de Saúde, um representante para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que por ventura surgirem durante a execução do contrato;

19.2.9 Emitir a Nota Fiscal/Fatura discriminativa contendo os serviços a serem entregues, devidamente atestada por servidor responsável, onde o CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes as



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos do edital, desde que não haja nenhum fato impeditivo. Deverá ainda, ser anexada a comprovação de regularidade Fiscal (INSS, FGTS, etc.) de acordo com a legislação em vigor;

19.2.10 Aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da legislação vigente.

19.2.11 Assumir ônus financeiro decorrente de falhas, omissões, defeitos de instalações e prejuízos outros derivados da eventual má execução do contrato;

19.2.12 Garantir a qualidade no relacionamento entre os seus funcionários e os usuários;

19.2.13 Assumir a responsabilidade pelos danos decorrentes da execução do contrato, independentemente da existência de culpa ou dolo pro parte da CONTRATADA, salvo se provar que, tendo prestado serviço, o defeito inexiste;

19.2.14 Assumir a responsabilidade em relação a terceiros por qualquer dano corporal e/ou material, quer seja ele decorrente ou não de suas ações ou omissões na execução do presente contrato, posto que lhe cabe obrigação de assumir a responsabilidade pelos danos decorrentes da execução do contrato, independentemente da existência de culpa ou dolo de sua parte;

19.2.15 A contratada se responsabilizará pelos custos de transportes, caso haja necessidade de remoção dos equipamentos até a oficina da Contratada. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados aos equipamentos, e acessórios, durante a execução dos serviços, transporte e a permanência em suas instalações ou oficinas;

19.2.16 **Realizar os serviços em oficina especializada própria, com pessoal de qualificação comprovada e emprego exclusivo de peças originais, suprimentos, acessórios, instrumentos e ferramentas recomendadas pelas fabricantes dos equipamentos;**

19.2.17 Apresentar sempre que solicitado os documentos fiscais que comprovem serem as peças originais, os suprimentos e acessórios recomendados pelas montadoras;

19.2.18 Emitir, caso solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde laudo de vistoria dos equipamentos;

19.2.19 Utilizar somente peças, materiais e acessórios originais novos, não podendo valer-se em nenhuma hipótese de itens recondicionados, do mercado paralelo ou de outra procedência, sem expressa e previa autorização da Secretaria Municipal de Saúde;

19.2.20 É vedado o uso de material improvisado ou peças adaptadas, com vistas a eliminar riscos de imprecisão ou funcionamento inadequado dos bens permanentes;

19.2.21 Somente poderá ocorrer a troca das peças, após autorização do fiscal de Contrato, mediante a apresentação dos orçamentos comprovando os valores das peças a serem substituídas.

19.2.22 Entende-se por **manutenção preventiva** aquela que é um conjunto de ações realizadas para evitar falhas e prolongar vida útil, com base em um planejamento e cronograma pré-estabelecidos. Em vez de esperar que algo quebre, a manutenção preventiva age para evitar que isso aconteça, por meio de inspeções, ajustes, lubrificação e substituições de peças, de acordo com um cronograma. A execução da manutenção preventiva deverá ser de forma



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPÍRITO SANTO

Planejada baseada em um cronograma e atividades pré-definidas, Proativa realizada para evitar falhas, em vez de apenas corrigir problemas, Regular realizada em intervalos de tempo ou uso evitando paradas não programadas e prejuízos.

19.2.23 Entende-se por **manutenção corretiva** aquela que compreende os ajustes e correções necessárias das instalações ou peças danificadas, advindos de desgaste, falhas ou acidentes a partir da identificação de defeitos observados durante operação ou manutenções preventivas.

19.2.24 Todas as peças substituídas e/ou materiais necessários para execução do serviço deverão ser fornecidas pela contratada e deverão ser novas e genuínas. Não serão aceitas peças remanufaturadas e/ou usadas; as peças quando substituídas, deverão ser entregues à contratante, após a realização do reparo;

19.2.25 A Contratada deverá apresentar a Contratante juntamente com a nota fiscal dos serviços/peças, relatório substanciado do serviço, assinado pelo responsável técnico da empresa.

19.2.26 A empresa deverá contratar pessoas qualificadas ou qualificá-las para a execução

19.2.27 É considerado trabalhador qualificado aquele que comprovar conclusão de curso específico na área reconhecido pelo Sistema Oficial de Ensino.

19.2.28 É considerado trabalhador capacitado aquele que atenda às seguintes condições, simultaneamente: receba capacitação sob orientação e responsabilidade de profissional habilitado e autorizado, trabalhe sob a responsabilidade de profissional habilitado e autorizado. A capacitação só terá validade para a empresa que o capacitou e nas condições estabelecidas pelo profissional habilitado e autorizado responsável pela capacitação. São considerados autorizados os trabalhadores qualificados ou capacitados e os profissionais habilitados, com anuência formal da empresa.

19.2.29 A contratada deverá garantir os serviços contratados e responderá, nos ditames da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução dos mesmos de acordo com legislação vigente.

19.2.30 No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à contratada, relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas.

19.2.31 A empresa licitante declarada vencedora do certame deverá como condição para assinatura do contrato, comprovar que possui sede, filial ou base operacional instalada no Município de Linhares/ES, ou, alternativamente, apresentar declaração formal de que providenciará sua instalação no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da homologação do certame.

20. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Constitui infração administrativa, para os fins deste Termo de Referência, a prática pelo licitante ou pela CONTRATADA das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, especialmente: inexecução parcial; inexecução parcial com grave dano à Administração, ao funcionamento do serviço público ou ao interesse coletivo; inexecução total; atraso injustificado; não apresentação de documentação exigida; não manutenção da proposta;

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhares.es.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

recusa injustificada em celebrar o contrato; apresentação de declaração ou documentação falsa; fraude; comportamento inidôneo; prática de ato ilícito para frustrar os objetivos da licitação; e ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

20.2. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados à Administração e, quando aplicável, a existência ou aperfeiçoamento de programa de integridade, nos termos do art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

20.3. As sanções aplicáveis são: advertência; multa; impedimento de licitar e contratar; e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sem prejuízo da reparação integral dos danos causados.

Conduta / situação	Multa prevista	Sanção administrativa correlata
Inexecução parcial de pequena gravidade, sem prejuízo relevante e sem reincidência	Advertência; se cabível multa, mínimo legal de 0,5% do valor do contrato	Advertência, quando não se justificar sanção mais grave
Atraso injustificado no início, continuidade ou conclusão da AF/OS	0,5% por dia corrido sobre o valor da parcela em atraso, limitada a 10% dessa parcela, respeitados o piso de 0,5% e o teto de 30% do valor total do contrato	Poderá haver impedimento de licitar e contratar quando configurada a hipótese do art. 155, VII, conforme gravidade
Inexecução parcial relevante, execução em desconformidade, recusa injustificada de correção ou reincidência	10% sobre o valor da parcela/AF/OS afetada, respeitados o piso de 0,5% e o teto de 30% do valor total do contrato	Impedimento de licitar e contratar, quando cabível
Inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento do hospital ou ao interesse coletivo	15% sobre o valor da parcela/AF/OS afetada, respeitados o piso de 0,5% e o teto de 30% do valor total do contrato	Impedimento de licitar e contratar por até 3 anos; declaração de inidoneidade se a gravidade justificar
Inexecução total, abandono injustificado do contrato ou recusa definitiva de cumprir obrigação essencial	20% sobre o valor total do contrato	Impedimento de licitar e contratar por até 3 anos, sem prejuízo de inidoneidade quando cabível
Não manter a proposta, não celebrar o contrato ou não entregar documentação para contratação quando convocado, sem justificativa	10% sobre o valor estimado da contratação	Impedimento de licitar e contratar por até 3 anos



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

aceita		
Declaração/documentação falsa, fraude, comportamento inidôneo, ato ilícito para frustrar a licitação ou ato lesivo da Lei nº 12.846/2013	20% sobre o valor total ou estimado da contratação, conforme a fase em que ocorrer a infração	Declaração de inidoneidade por 3 a 6 anos, observada a Lei nº 14.133/2021

20.4. A multa moratória poderá ser convertida em multa compensatória quando o atraso caracterizar inexecução da obrigação, vedada a dupla incidência de multas sobre o mesmo fato, sem prejuízo da cumulação com advertência, impedimento ou declaração de inidoneidade quando legalmente cabível.

20.5. O impedimento de licitar e contratar será aplicado às hipóteses do art. 155, II a VII, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar penalidade mais grave, e produzirá efeitos no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicar a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

20.6. A declaração de inidoneidade será aplicada às hipóteses do art. 155, VIII a XII, bem como às hipóteses dos incisos II a VII que justifiquem sanção mais grave, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, observadas a competência e a análise jurídica prévia previstas no art. 156, §§ 5º e 6º, da Lei nº 14.133/2021.

20.7. A apuração de infração será iniciada mediante registro da ocorrência e relatório circunstanciado da fiscalização, com indicação dos fatos, provas, obrigação descumprida, eventual prejuízo e enquadramento preliminar. A CONTRATADA será formalmente intimada e terá acesso aos elementos necessários ao exercício do contraditório e da ampla defesa.

20.8. Na aplicação de multa será assegurada defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação. Para impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade será instaurado processo de responsabilização conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, com prazo de 15 (quinze) dias úteis para defesa escrita e especificação das provas, observando-se o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

20.9. Havendo produção de novas provas ou juntada de provas indispensáveis no processo de responsabilização, será assegurado prazo de 15 (quinze) dias úteis para alegações finais.

A decisão será motivada e considerará os critérios de dosimetria previstos na legislação.

20.10. Da aplicação de advertência, multa e impedimento caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Da declaração de inidoneidade caberá pedido de reconsideração no mesmo prazo. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até decisão final, nos termos dos arts. 166 a 168 da Lei nº 14.133/2021.

20.11. Após decisão administrativa definitiva, as multas e indenizações poderão ser descontadas dos créditos devidos à CONTRATADA, da garantia contratual, quando houver, ou cobradas pelos meios administrativos e judiciais cabíveis. A aplicação de sanção não afasta a obrigação de reparação integral do dano.

20.12. As sanções aplicadas serão registradas e divulgadas nos cadastros legalmente exigidos, inclusive CEIS e CNEP, quando cabível. A glosa de medição prevista no item 20.2. não constitui sanção e poderá ser realizada independentemente do processo sancionador, desde que devidamente motivada.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

21 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1 As despesas decorrentes desta Licitação correrão à conta de dotação orçamentária própria consignada no Orçamento Municipal para o exercício de 2026 e subsequentes, a saber:

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

08.01.10.302.0048.2.263 - MANUTENÇÃO DO HGL

3.3.90.30.000 - MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 183

RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – SAÚDE

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

08.01.10.302.0048.2.263 - MANUTENÇÃO DO HGL

3.3.90.39.000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - FICHA 186

RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – SAÚDE

22 DO CONTRATO

22.1 Será firmado contrato com o licitante vencedor que terá suas cláusulas e condições regulada pela Lei nº 14.133/21 e pelo Decreto Municipal nº 1.606/2023.

22.2 O licitante vencedor será convocado pela Administração para assinatura do termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito de contratação e aplicação das penalidades administrativas cabíveis.

22.3 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

23. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, AUTORIZAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, RECEBIMENTO, GLOSA E PAGAMENTO

23.1. Da autorização da execução

23.1.1 Nenhum serviço, fornecimento de peça, material ou acessório será considerado para fins de medição e pagamento sem prévia solicitação e autorização da CONTRATANTE, formalizada por Autorização de Fornecimento – AF e/ou Ordem de Serviço – OS, acompanhada da respectiva Nota de Empenho, ressalvadas as situações emergenciais hospitalares, que poderão ser comunicadas pelos canais oficiais indicados pela fiscalização e deverão ser formalizadas no processo administrativo tão logo seja possível.

23.1.2 A AF/OS deverá identificar, sempre que aplicável, o setor solicitante, o bem ou estrutura a ser atendida, a descrição do defeito ou serviço, o local de execução, a prioridade, a estimativa de mão de obra e os materiais inicialmente previstos, sem prejuízo de ajustes tecnicamente justificados e previamente autorizados pela fiscalização.

23.1.3 A substituição de peças, materiais ou acessórios dependerá de autorização expressa do fiscal do contrato. A CONTRATADA deverá apresentar elementos idôneos de comprovação do preço de mercado, tais como cotações,



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPÍRITO SANTO

propostas comerciais, tabelas de fabricante ou documentos fiscais, devendo incidir sobre a base de preço aprovada pela Administração o percentual de desconto ofertado na licitação. Não serão pagos materiais adquiridos ou instalados sem autorização, salvo situação emergencial devidamente justificada e posteriormente ratificada pela autoridade competente.

23.2. Da medição

23.2.1 A medição será realizada mensalmente, abrangendo os serviços e materiais efetivamente executados e aceitos no período, ou ao término da AF/OS quando a Administração assim determinar, e deverá refletir exclusivamente quantidades comprovadas e autorizadas.

23.2.2 Para a mão de obra, serão medidos somente os homens/hora efetivamente trabalhados na execução do serviço autorizado, mediante registro contendo data, horário de início e término, identificação dos profissionais, local, descrição das atividades e assinatura ou validação do responsável da CONTRATADA e da fiscalização. Não integrarão a medição tempos de deslocamento, espera, retrabalho decorrente de falha da CONTRATADA, mobilização não autorizada ou horas sem comprovação.

23.2.3 Para peças, materiais e acessórios, serão medidos apenas os itens previamente autorizados, efetivamente aplicados ou entregues, compatíveis com as especificações do objeto e acompanhados da documentação comprobatória do preço e da origem, aplicando-se o desconto contratual. As peças substituídas deverão ser apresentadas à fiscalização quando solicitado ou quando previsto neste Termo de Referência.

23.2.4 A CONTRATADA deverá apresentar, para conferência da medição, relatório de serviços executados, AF/OS correspondentes, registros de horas trabalhadas, relação discriminada de peças e materiais, comprovação de preços, relatório técnico assinado pelo responsável técnico e, quando cabível, registros fotográficos do antes e depois, laudos, testes e demais evidências da execução.

23.3. Da fiscalização e conferência da medição

23.3.1 A execução será acompanhada por fiscal(is) e gestor do contrato formalmente designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 1.606/2023 e da regulamentação municipal aplicável. Compete à fiscalização verificar a conformidade técnica, a efetiva execução, os quantitativos de mão de obra, as peças e materiais empregados, os prazos, as condições de segurança e a documentação de suporte da medição.

23.3.2 O fiscal registrará as ocorrências da execução, determinará a correção de falhas dentro de prazo compatível com a urgência e comunicará ao gestor as situações que ultrapassem sua competência. A atuação da fiscalização não reduz nem exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto.

23.3.3 A fiscalização não poderá autorizar alteração de objeto, preço, quantitativo global, prazo contratual ou condição que dependa de decisão da autoridade competente, devendo encaminhar a demanda ao gestor para regular processamento.

23.4. Do recebimento provisório e definitivo

23.4.1 Concluída a execução da AF/OS e entregue a documentação da medição, o objeto será recebido provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante relatório ou termo detalhado, no



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPÍRITO SANTO

prazo de até 5 (cinco) dias úteis, quando verificado o atendimento das exigências técnicas.

23.4.2 O recebimento definitivo será realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo, relatório de medição ou ateste detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório e a correção de eventuais pendências.

23.4.3 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, com este Termo de Referência, com a AF/OS ou com as normas técnicas aplicáveis. O recebimento provisório ou definitivo não afasta a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, defeitos, garantia, segurança e qualidade dos serviços e materiais.

23.5. Da glosa

23.5.1 Serão objeto de glosa, total ou parcial, os valores correspondentes a serviços, horas, peças ou materiais que: não tenham sido autorizados; não estejam comprovados; tenham sido executados em quantidade superior à autorizada; apresentem vício, defeito ou desconformidade; constituam retrabalho imputável à CONTRATADA; tenham preço sem comprovação idônea; ou não atendam às demais condições contratuais.

23.5.2 A glosa será calculada de forma proporcional ao item, quantidade, hora ou parcela não aceita e será registrada na medição com a respectiva justificativa. Antes da consolidação da glosa, a CONTRATADA será comunicada para apresentar esclarecimentos ou documentos complementares no prazo de 5 (cinco) dias úteis, quando a irregularidade for passível de saneamento.

23.5.3 A glosa possui natureza de ajuste da medição e não se confunde com sanção administrativa. Quando a irregularidade também caracterizar infração contratual, poderão ser instaurados os procedimentos sancionadores cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa. Havendo controvérsia apenas sobre parte da execução, a parcela incontroversa será liberada no prazo normal de pagamento, conforme art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

23.6. Da liquidação e do pagamento

23.6.1 Após a aprovação da medição e o recebimento definitivo, a CONTRATADA emitirá a Nota Fiscal/Fatura pelo valor efetivamente aceito, separando, quando aplicável, mão de obra e peças/materiais. A Nota Fiscal deverá indicar, no mínimo, o número do Pregão, Processo, Contrato, Empenho, AF/OS, período da medição e demais dados exigidos pela CONTRATANTE.

23.6.2 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada e acompanhada da documentação necessária à liquidação da despesa, mediante depósito em conta bancária da CONTRATADA, observada a ordem cronológica de pagamentos e a legislação aplicável.

23.6.3 A CONTRATADA deverá manter, durante a execução e para fins de pagamento, as condições de habilitação exigidas na licitação e apresentar as certidões e documentos de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigíveis.

23.6.4 Havendo erro na Nota Fiscal, ausência de documento, divergência de medição ou qualquer fato que impeça a liquidação, a CONTRATADA será formalmente comunicada para saneamento, reiniciando-se a contagem do prazo de pagamento após a regularização, sem ônus para a CONTRATANTE. A emissão antecipada de Nota Fiscal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

não gera direito a pagamento antecipado.

23.6.5 Do valor devido poderão ser efetuadas retenções tributárias legais, glosas devidamente motivadas e descontos decorrentes de multas ou indenizações definitivamente constituídas, observados o devido processo administrativo, o contraditório e a ampla defesa.

24 VIGÊNCIA DO CONTRATO

24.1 O prazo de vigência da Contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da legislação, com base no art. 107 da lei nº 14.133/21, visto tratar-se de serviço contínuo.

25. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

25.1 A execução deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nomeados por Portaria.

25.2 A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no que “Regulamenta o § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para disciplinar a atuação de agentes públicos no desempenho de atividades de agente de contratação, membro de comissão de contratação, equipe de apoio, gestor e fiscal do contrato no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional”.

25.3 As comunicações serão realizadas pelo fiscal ou gestor do contrato ao preposto indicado pela contratada.

25.4 A fiscalização da contratação será exercida pelos servidores ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração bem como o acompanhamento da contratação bem como para atestar o recebimento provisório e definitivo.

FISCAL DO CONTRATO	SUPLENTE
ROMEU DE JESUS GONZAGA Matrícula: 23635	ANA CLÁUDIA FERREIRA DA SILVA Matrícula: 512245

25.5 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade resultante de imperfeição que ponha em dúvida a qualidade e segurança do produto e, na ocorrência de danos, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, nos termos do art. 120, da Lei 14.133/2021.

25.6 O fiscal do contrato anotarà em registros próprios todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, encaminhando os apontamentos para as devidas providências cabíveis por parte da autoridade competente.

25.7 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

25.8 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhaires.es.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

26 PRAZOS, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DEMAIS CONDIÇÕES:

26.1 O PRAZO DE VIGÊNCIA, INÍCIO E LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

26.1.1 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

26.1.2 A contratada deverá apresentar atestado de capacidade técnica, comprovando no mínimo um ano de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos dessa natureza em unidades hospitalares.

26.1.3 A contratada deverá comprovar que possui registro no CREA– Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;

26.1.4 Os serviços serão executados nas dependências do HGL – Hospital Geral de Linhares, localizado na Rua Monsenhor Pedrinha, nº 800 – Araçá – Linhares/ES CEP: 29.901-442.

26.1.5 A contratada deverá manter os técnicos sobre aviso para atender as manutenções preventivas e corretivas no prazo Máximo de 03 (três) horas após comunicação da contratante, neste caso os serviços deverão ser executados em qualquer horário, inclusive sábados, domingos e feriados, sem ônus para a contratante.

26.1.6 Os reparos deverão ser executados impreterivelmente com o uso de peças originais do fabricante dos equipamentos existentes no mercado, cuja responsabilidade pelo fornecimento será exclusiva do contratado.

26.2 DAS GARANTIAS DO SERVIÇO/ PEÇAS FORNECIDAS

26.2.1 Para todos os serviços descritos, além das peças fornecidas para a execução do contrato deverão ser observados os prazos mínimos de garantias;

26.2.2 Serviços deverão ter prazo mínimo de garantia de 03 (três) meses da emissão da nota fiscal do serviço.

26.2.3 Peças, Materiais e Acessórios: deverão atender ao prazo mínimo de garantia estipulado pelos fabricantes.

26.2.4 A contagem de prazo das garantias será iniciadas da data da emissão da nota fiscal por parte da contratada e correspondente ao serviço executado.

26.3 DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

26.3.1 O prazo máximo para início da execução dos serviços será de até 05 (cinco) dias, de acordo com a Autorização de fornecimento, podendo ser prorrogado desde que sejam apresentadas justificativas aceitas pela Administração.

26.4 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

26.4.1 Condições de execução - A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhares.es.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

26.4.2 Convocação do licitante para assinatura do Contrato;

26.4.3 Convocação do contratado para recebimento da Autorização de fornecimento/Ordem de Serviço;

26.4.4 Início da execução do objeto: conforme solicitação do setor, após o recebimento da Autorização de Fornecimento;

26.4.5 O prazo de execução do Contrato fica fixado em 01 (um) ano, contados a partir da data de assinatura pela CONTRATADA e sua PUBLICAÇÃO, podendo ser prorrogado a critério da Administração;

26.4.6 Os serviços serão executados nas dependências do **HOSPITAL GERAL DE LINHARES**, na Rua Monsenhor Pedrinha, 800, Bairro Araçá, Linhares-ES, CEP 29901-440, em dias úteis, no horário das 07h00 às 19h00.

27 - DO REAJUSTE

27.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de 01 (um) ano contado da data da assinatura do Contrato e o reajuste somente poderá ser solicitado no momento da prorrogação do contrato.

27.2 Após o interregno de um ano, e com solicitação do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice será o INPC/IBGE ou por outro índice oficial que vier substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

27.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

27.4 No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

27.5 Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado(s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

27.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

27.7 O reajuste será realizado por aditivo junto com a Prorrogação do contrato.

28 DA SUBCONTRATAÇÃO

28.1 Fica vedada a SUBCONTRATAÇÃO total do objeto licitado.

29 DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

29.1 As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 e Decreto Municipal 1.693 de 19 de dezembro de 2022).

29.1.1 O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

29.2 A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

29.2.1 A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

29.2.2 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do MUNICÍPIO DE LINHARES, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

29.3 A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou o MUNICÍPIO DE LINHARES está exposto.

29.4 A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

29.4.1 A CONTRATADA deverá permitir a realização de auditorias do MUNICÍPIO DE LINHARES e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados.

29.4.2 A CONTRATADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO DE LINHARES, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

29.5 A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição ao MUNICÍPIO DE LINHARES, mediante solicitação.

29.5.1 A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do MUNICÍPIO DE LINHARES, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

29.6 A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPÍRITO SANTO

29.6.1 Caso autorizada transmissão de dados pela CONTRATADA a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.

29.7 A CONTRATADA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

29.8 A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato ao MUNICÍPIO DE LINHARES a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a qualquer Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

29.8.1 A comunicação acima mencionada não eximirá a CONTRATADA das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

29.9 Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo MUNICÍPIO DE LINHARES, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.

29.10 A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela Autoridade Nacional decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pelo MUNICÍPIO DE LINHARES para as finalidades pretendidas neste contrato.

29.11 A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pelo MUNICÍPIO DE LINHARES.

30 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1 O edital e seus anexos do Pregão Presencial serão da seguinte forma:

30.1.1 O extrato do Edital será divulgado no Diário Oficial do Estado e Jornal Diário de Grande Circulação e os editais e seus anexos estarão disponíveis nos sítios oficiais Prefeitura Municipal de Linhares - www.linhares.es.gov.br/ Licitações e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

30.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

30.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

30.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhares.es.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, consoante o disposto no artigo 64, §1º da Lei nº 14.133/21.

30.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

30.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

30.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

30.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

30.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

30.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo prevalecerão as deste Edital.

30.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.linhares.es.gov.br, www.portaldecompraspublicas.com.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço, no Setor de Licitações da PML, situado na Avenida Augusto Pestana, 790, Centro, Linhares/ES, nos dias úteis, no horário das 8:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

30.12 O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital, será na Comarca de Linhares- ES, com exclusão de qualquer outro.

30.13 Integram este Edital, independente de transcrição, os seguintes anexos:

A) Anexo I - Termo de Referência;

B) Anexo II - Minuta de Contrato;

C) Anexo III - Modelo de Proposta Comercial;

D) Anexo IV - Modelo de Declaração de enquadramento no Regime de Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP ou Microempreendedor Individual.

E) Anexo V- Modelo de Declaração de Inexistência de menores em seu quadro de pessoal, conforme determina o Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e Lei n.º 9.854/99, regulamentada pelo Decreto n.º 4.358/02;

F) Anexo VI- Modelo de Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas

G) Anexo VII – Modelo de Termo de Credenciamento;

H) Anexo VIII - Modelo de declaração: Cumprimento dos requisitos de habilitação;

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhares.es.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

Linhares - ES, 21 de outubro de 2026.

ALEXANDRE MARIM VIEIRA:05393379781

Assinado de forma digital por
ALEXANDRE MARIM
VIEIRA:05393379781
Dados: 2026.10.22 14:42:19 -03'00'

Alexandre Marim Vieira
Secretário Municipal de Saúde - Interino



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº ----/2026

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

O presente Termo de Referência tem por objetivo a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE SERRALHERIA E CALDEIRARIA** em materiais de ferro, metal e inox (camas hospitalares, patinhos de inox, comadres, jarros, macas, mesas, armários, carrinhos, suportes de soro, estantes, tampas de caixas de esgoto, portas, portões, grades, calhas, trilhos, soldas, pinturas em geral em material ferroso, limpezas e demais estruturas metálicas), com fornecimento de material de ferro, metais, aço inox e outros materiais necessários, para atender o Hospital Geral de Linhares, pelo período de 12 (doze) meses, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, no critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE (MAIOR DESCONTO)** modo de disputa ABERTO nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 1.606/2023, e as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

Trata-se de serviço comum o objeto desta contratação, conforme definido no artigo 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos, tendo como base as especificações usuais de mercado.

A contratação do serviço em tela é enquadrada como continuado, tendo em vista que se trata de necessidade permanente, conforme preconiza o artigo 6º, XV da Lei nº 14.133/2021;

XV- Serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;

2. DO OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE SERRALHERIA E CALDEIRARIA em materiais de ferro, metal e inox (camas hospitalares, patinhos de inox, comadres, jarros, macas, mesas, armários, carrinhos, suportes de soro, estantes, tampas de caixas de esgoto, portas, portões, grades, calhas, trilhos, soldas, pinturas em geral em material ferroso, limpezas e demais estruturas metálicas), com fornecimento de material de ferro, metais, aço inox e outros materiais necessários, para atender o Hospital Geral de Linhares, pelo período de 12 (doze) meses, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, no critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE (MAIOR DESCONTO)** modo de disputa ABERTO.

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a manutenção corretiva e preventiva de estruturas e mobiliários metálicos que integram a infraestrutura física e operacional desta Unidade Hospitalar, compreendendo reparos em mobiliários diversos, tampas de caixas de esgoto, móveis e equipamentos em aço inoxidável, suportes estruturais, grades, portas, portões e demais componentes metálicos utilizados nas áreas assistenciais e administrativas.

Os referidos itens são indispensáveis ao funcionamento regular dos setores hospitalares, estando diretamente relacionados à segurança estrutural, à biossegurança, à funcionalidade dos ambientes e à continuidade dos serviços de saúde prestados à população.

O ambiente hospitalar caracteriza-se por uso intenso, contínuo e ininterrupto de equipamentos e estruturas metálicas, o que ocasiona desgaste natural, fadiga de material, corrosão, deformações estruturais e avarias decorrentes da rotina operacional. A inexistência de manutenção sistemática e especializada pode comprometer:

- A integridade física de pacientes, acompanhantes e profissionais de saúde;
- A estabilidade e funcionalidade de equipamentos hospitalares;
- As condições sanitárias e de higiene exigidas em ambiente assistencial;
- A durabilidade e conservação do patrimônio público;
- A continuidade do serviço público essencial de saúde.

Destaca-se que o Hospital Geral de Linhares realiza atendimentos de média e alta complexidade, funcionando de forma ininterrupta, o que exige pronta resposta para intervenções corretivas e execução de manutenções preventivas, sob pena de paralisação parcial de setores e comprometimento da capacidade assistencial.

Sob o aspecto técnico-administrativo, a contratação encontra respaldo nos princípios da eficiência, economicidade,

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhaires.es.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPÍRITO SANTO

prevenção e continuidade do serviço público, previstos na Lei nº 14.133/2021, uma vez que a manutenção preventiva reduz custos futuros com substituições integrais de bens, evita deterioração estrutural progressiva e assegura melhor gestão dos recursos públicos.

Dessa forma, a contratação pretendida revela-se tecnicamente necessária, adequada e indispensável à preservação da infraestrutura hospitalar, à mitigação de riscos operacionais e à garantia da regular prestação dos serviços públicos de saúde.

Considerando a justificativa da Sra. Pregoeira, sobre a impossibilidade de licitação na forma eletrônica no Portal de Compras Públicas:

“Diante disso, está Pregoeira encaminhou, em 10/06/2025, um Ofício/Despacho ao Portal de Compras Públicas, por meio do e-mail de Notificação de Registro n.º 1096363. O retorno do Portal ocorreu somente em 13/06/2025. Considerando a demora na resposta, foi realizada nova solicitação de posicionamento em 23/06/2025, sendo respondida em 24/06/2025 com a informação de que “não é possível estimar um prazo para a eventual implementação” da funcionalidade requerida. Tendo o pregão sido remarcado para abertura em 14/07/2025, e diante da ausência de solução por parte do Portal, além do recebimento de Pedido de Esclarecimento por parte de uma empresa licitante (conforme consta às fls. 511/520 dos autos), esta Pregoeira voltou a solicitar posicionamento ao Portal em 09/07/2025, bem como tentou contato por diversas vezes via telefone, com o apoio do suporte técnico do Portal. Contudo, diante da ausência de retorno, o pregão precisou ser novamente suspenso “sine die”. Dessa forma, com base nas informações fornecidas pelo Portal (e-mails constantes às fls. 529/533 e ofício anexo às fls. 534/543), informa-se que não será possível realizar o pregão eletrônico conforme os critérios definidos nos autos, motivo pelo qual encaminho os autos a secretaria para providências que entender cabíveis.

Diante da impossibilidade de licitar a contratação na forma eletrônica, a opção mais vantajosa é realizar a licitação na forma Presencial.

Considerando que a manutenção periódica dos equipamentos supracitados tem por objetivo manter os equipamentos em boas condições de uso, prevenir defeitos substituindo peças ou componentes desgastados, bem como reparando defeitos inesperados que possam causar descontinuidade no atendimento do Hospital Geral de Linhares;

Considerando que a contratação busca pelo contínuo e bom funcionamento dos equipamentos da unidade hospitalar, garantida pela manutenção preventiva e corretiva dos mesmos, prolongando, dessa forma, a vida útil e, evitando assim, problemas futuros com os equipamentos de propriedade do Município de Linhares- ES.

Dada a importância do objeto a ser contratada, em virtude de se tratar de serviço continuado e indispensável para o andamento das atividades desenvolvidas no Hospital Geral de Linhares.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

O presente certame será regido de acordo com a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de Abril de 2021 e suas alterações, pelo Decreto Municipal nº 1606 de 27 de Dezembro de 2023.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS:

Objeto desta Contratação é caracterizado como **serviços comuns**.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de **serviço de luxo**, conforme Decreto Municipal nº 1127/2021.

O fornecimento destes serviços é enquadrado como continuado.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE SERRALHERIA E CALDEIRARIA em materiais de ferro, metal e inox (camas hospitalares, patinhos de inox, comadres, jarros, macas, mesas, armários, carrinhos, suportes de soro, estantes, tampas de caixas de esgoto, portas, portões, grades, calhas, trilhos, soldas, pinturas em geral em material ferroso, limpezas e demais estruturas metálicas), com fornecimento de material de ferro, metais, aço inox e outros materiais necessários, para atender o Hospital Geral de Linhares, pelo período de 12 (doze) meses, na modalidade **PREGÃO**

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhares.es.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO

PRESENCIAL, no critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE (MAIOR DESCONTO)** modo de disputa ABERTO nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 1.606/2023.

- A necessidade foi demonstrada no ETP e no presente Termo de Referência;
 - Os requisitos da Contratação foram elencados no ETP e no presente Termo de Referência;
- Diante das alternativas apresentadas pelo mercado, entende-se que a melhor solução para satisfazer o interesse público é realizar a Licitação para a contratação da empresa que executará o serviço na Modalidade de Pregão Presencial, no critério de julgamento de menor preço por lote.

7. JUSTIFICATIVA PARA NÃO ADOÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

Justifica-se a não contratação através de sistema de Registro de Preços em razão de tratar-se de serviço que envolve necessidades pontuais e variáveis, com necessidade de realização do serviço levando-se em conta diferentes tipos de defeitos e peças.

Além disso, o valor a ser contratado mensal leva em conta o parque de equipamentos médico-hospitalares do Hospital Geral de Linhares, de modo que a utilização do registro de preços não é adequado à essa modalidade.

Assim, a contratação de serviços de manutenção de equipamentos médico-hospitalares, com fornecimento de peças/acessórios não se enquadra nas características ideais para o Sistema de Registro de Preços, devido à natureza específica da demanda ser Serviço continuado.

8. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	VALOR MÉDIA DA M.O. HORA	VALOR GLOBAL ANUAL R\$320.000,00	PERCENTUAL DE DESCONTO DE PEÇAS (%)
001	01	HORA HOMEM TRABALHADO EM SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE SERRALHERIA E CALDEIRARIA em materiais de ferro, aço e em suas multiformas com fornecimento de material de ferro, aço galvanizado, metais, aço inox e outros (camas hospitalares, patinhos de inox, comadres de inox, jarros de inox, macas, mesas, armários, carrinhos, suportes de soro, estantes, tampas de caixas de esgoto, grelhas, , sistema de exaustor, portas, portões, grades, calhas, telhado metálico, trilhos, soldas, pinturas em geral em material ferroso, limpezas e demais estruturas metálicas), com fornecimento de material de ferro, metais, aço inox e outros materiais necessários, para atender o Hospital Geral de Linhares.	HOM/ HORA	R\$ 164.33	R\$ 192.000,00	
	02	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO EM SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE SERRALHERIA E CALDEIRARIA em materiais de ferro, aço e em suas multiformas com fornecimento de material de ferro, aço galvanizado, metais, aço inox e outros (camas	DESC. (%)		R\$ 128.000,00	3,67%

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhaires.es.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO

	hospitais, patinheiros de inox, comadres de inox, jarros de inox, macas, mesas, armários, carrinhos, suportes de soro, estantes, tampas de caixas de esgoto, grelhas, sistema de exaustor, portas, portões, grades, calhas, telhado metálico, trilhos, soldas, pinturas em geral em material ferroso, limpeza e demais estruturas metálicas), com fornecimento de material de ferro, metais, aço inox e outros materiais necessários, para atender o Hospital Geral de Linhares.			
--	--	--	--	--

DO VALOR ESTIMADO DE CADA LOTE, 60% DESTINADO PARA SERVIÇOS E 40% DESTINADO PARA PEÇAS.

Cada item é composto de serviço de Mão de obra homem/hora e de fornecimento de peças de reposição.

A empresa licitante sempre que cotar um item deverá sempre considerar o serviço de MÃO DE OBRA/HORA e de DESCONTO para fornecimento de peças de reposição conforme disposto neste Termo de Referência, os quais, em Hipótese alguma poderão ser desmembrados dos seus respectivos itens.

A empresa contratada para o serviço deverá contar com sistema de pronto atendimento em caso de urgência a qual possam interferir no funcionamento do hospital, neste caso os serviços deverão ser executados em qualquer horário, inclusive sábados, domingos e feriados, sem ônus adicional para a contratante.

9. JUSTIFICATIVA PARA NÃO ADOÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

Justifica-se a não contratação através de sistema de Registro de Preços em razão de tratar-se de serviço que envolve necessidades pontuais e variáveis, com necessidade de realização do serviço levando-se em conta diferentes tipos de defeitos e peças.

Além disso, o valor a ser contratado leva em conta o parque de equipamentos do Hospital Geral de Linhares, de modo que a utilização do registro de preços não é adequado à essa modalidade.

Assim, a contratação dos serviços, com fornecimento de peças/ acessórios não se enquadra nas características ideais para o Sistema de Registro de Preços, devido à natureza específica da demanda ser Serviço continuado.

10. ESTIMATIVAS DE VALORES - PREVISÃO DA DESPESA COM A CONTRATAÇÃO

O valor estimativo destinado a contratação será de R\$320.000,00 (trezentos e vinte mil reais) sendo estimado: R\$128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais) 40% (quarenta por cento) do valor estimado para despesa de **PEÇAS** e R\$192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais) 60% (sessenta por cento) para **SERVIÇOS**.

O valor apresentado trata-se de **expectativa meramente estimativa**, com base nos valores e quantitativos praticados no mercado local, referenciado nos estimativos de utilização e execução de serviços da mesma natureza já praticados neste município;

Não será admitida proposta com valores de Mão de obra homem/hora e descontos sobre peças acima do valor estimado: R\$164,33 (cento e sessenta e quatro reais e trinta e três centavos) para **MÃO DE OBRA HOMEM/HORA** e nem proposta com **DESCONTOS SOBRE PEÇAS** abaixo do estimado (3,67% três vírgula sessenta e sete por cento);

11. O PRAZO DE VIGÊNCIA, INÍCIO E LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

A contratada deverá apresentar atestado de capacidade técnica, comprovando no mínimo um ano de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos dessa natureza em unidades hospitalares.

A contratada deverá comprovar que possui registro no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;

Os serviços serão executados nas dependências do HGL – Hospital Geral de Linhares, localizado na Rua

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhaires.es.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPÍRITO SANTO

Monsenhor Pedrinha, nº 800 – Araçá – Linhares/ES CEP: 29.901-442.

A contratada deverá manter os técnicos sobre aviso para atender as manutenções preventivas e corretivas no prazo Máximo de 03 (três) horas após comunicação da contratante, neste caso os serviços deverão ser executados em qualquer horário, inclusive sábados, domingos e feriados, sem ônus para a contratante.

Os reparos deverão ser executados impreterivelmente com o uso de peças originais do fabricante dos equipamentos existentes no mercado, cuja responsabilidade pelo fornecimento será exclusiva do contratado.

12. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, AUTORIZAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, RECEBIMENTO, GLOSA E PAGAMENTO

12.1. Da autorização da execução

Nenhum serviço, fornecimento de peça, material ou acessório será considerado para fins de medição e pagamento sem prévia solicitação e autorização da CONTRATANTE, formalizada por Autorização de Fornecimento – AF e/ou Ordem de Serviço – OS, acompanhada da respectiva Nota de Empenho, ressalvadas as situações emergenciais hospitalares, que poderão ser comunicadas pelos canais oficiais indicados pela fiscalização e deverão ser formalizadas no processo administrativo tão logo seja possível.

A AF/OS deverá identificar, sempre que aplicável, o setor solicitante, o bem ou estrutura a ser atendida, a descrição do defeito ou serviço, o local de execução, a prioridade, a estimativa de mão de obra e os materiais inicialmente previstos, sem prejuízo de ajustes tecnicamente justificados e previamente autorizados pela fiscalização.

A substituição de peças, materiais ou acessórios dependerá de autorização expressa do fiscal do contrato. A CONTRATADA deverá apresentar elementos idôneos de comprovação do preço de mercado, tais como cotações, propostas comerciais, tabelas de fabricante ou documentos fiscais, devendo incidir sobre a base de preço aprovada pela Administração o percentual de desconto ofertado na licitação. Não serão pagos materiais adquiridos ou instalados sem autorização, salvo situação emergencial devidamente justificada e posteriormente ratificada pela autoridade competente.

12.2. Da medição

A medição será realizada mensalmente, abrangendo os serviços e materiais efetivamente executados e aceitos no período, ou ao término da AF/OS quando a Administração assim determinar, e deverá refletir exclusivamente quantidades comprovadas e autorizadas.

Para a mão de obra, serão medidos somente os homens/hora efetivamente trabalhados na execução do serviço autorizado, mediante registro contendo data, horário de início e término, identificação dos profissionais, local, descrição das atividades e assinatura ou validação do responsável da CONTRATADA e da fiscalização. Não integrarão a medição tempos de deslocamento, espera, retrabalho decorrente de falha da CONTRATADA, mobilização não autorizada ou horas sem comprovação.

Para peças, materiais e acessórios, serão medidos apenas os itens previamente autorizados, efetivamente aplicados ou entregues, compatíveis com as especificações do objeto e acompanhados da documentação comprobatória do preço e da origem, aplicando-se o desconto contratual. As peças substituídas deverão ser apresentadas à fiscalização quando solicitado ou quando previsto neste Termo de Referência.

A CONTRATADA deverá apresentar, para conferência da medição, relatório de serviços executados, AF/OS correspondentes, registros de horas trabalhadas, relação discriminada de peças e materiais, comprovação de preços, relatório técnico assinado pelo responsável técnico e, quando cabível, registros fotográficos do antes e depois, laudos, testes e demais evidências da execução.

12.3. Da fiscalização e conferência da medição

A execução será acompanhada por fiscal(is) e gestor do contrato formalmente designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 1.606/2023 e da regulamentação municipal aplicável. Compete à fiscalização verificar a conformidade técnica, a efetiva execução, os quantitativos de mão de obra, as peças e materiais empregados, os prazos, as condições de segurança e a documentação de suporte da medição.

O fiscal registrará as ocorrências da execução, determinará a correção de falhas dentro de prazo compatível com a urgência e comunicará ao gestor as situações que ultrapassem sua competência. A atuação da fiscalização não reduz nem exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto.

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhares.es.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPÍRITO SANTO

A fiscalização não poderá autorizar alteração de objeto, preço, quantitativo global, prazo contratual ou condição que dependa de decisão da autoridade competente, devendo encaminhar a demanda ao gestor para regular processamento.

12.4. Do recebimento provisório e definitivo

Concluída a execução da AF/OS e entregue a documentação da medição, o objeto será recebido provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante relatório ou termo detalhado, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, quando verificado o atendimento das exigências técnicas.

O recebimento definitivo será realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo, relatório de medição ou ateste detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório e a correção de eventuais pendências.

O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, com este Termo de Referência, com a AF/OS ou com as normas técnicas aplicáveis.

O recebimento provisório ou definitivo não afasta a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, defeitos, garantia, segurança e qualidade dos serviços e materiais.

12.5. Da glosa

Serão objeto de glosa, total ou parcial, os valores correspondentes a serviços, horas, peças ou materiais que: não tenham sido autorizados; não estejam comprovados; tenham sido executados em quantidade superior à autorizada; apresentem vício, defeito ou desconformidade; constituam retrabalho imputável à CONTRATADA; tenham preço sem comprovação idônea; ou não atendam às demais condições contratuais.

A glosa será calculada de forma proporcional ao item, quantidade, hora ou parcela não aceita e será registrada na medição com a respectiva justificativa. Antes da consolidação da glosa, a CONTRATADA será comunicada para apresentar esclarecimentos ou documentos complementares no prazo de 5 (cinco) dias úteis, quando a irregularidade for passível de saneamento.

A glosa possui natureza de ajuste da medição e não se confunde com sanção administrativa. Quando a irregularidade também caracterizar infração contratual, poderão ser instaurados os procedimentos sancionadores cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa. Havendo controvérsia apenas sobre parte da execução, a parcela incontroversa será liberada no prazo normal de pagamento, conforme art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

12.6. Da liquidação e do pagamento

Após a aprovação da medição e o recebimento definitivo, a CONTRATADA emitirá a Nota Fiscal/Fatura pelo valor efetivamente aceito, separando, quando aplicável, mão de obra e peças/materiais. A Nota Fiscal deverá indicar, no mínimo, o número do Pregão, Processo, Contrato, Empenho, AF/OS, período da medição e demais dados exigidos pela CONTRATANTE.

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada e acompanhada da documentação necessária à liquidação da despesa, mediante depósito em conta bancária da CONTRATADA, observada a ordem cronológica de pagamentos e a legislação aplicável.

A CONTRATADA deverá manter, durante a execução e para fins de pagamento, as condições de habilitação exigidas na licitação e apresentar as certidões e documentos de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigíveis.

Havendo erro na Nota Fiscal, ausência de documento, divergência de medição ou qualquer fato que impeça a liquidação, a CONTRATADA será formalmente comunicada para saneamento, reiniciando-se a contagem do prazo de pagamento após a regularização, sem ônus para a CONTRATANTE. A emissão antecipada de Nota Fiscal não gera direito a pagamento antecipado.

Do valor devido poderão ser efetuadas retenções tributárias legais, glosas devidamente motivadas e descontos decorrentes de multas ou indenizações definitivamente constituídas, observados o devido processo administrativo, o contraditório e a ampla defesa.

13. DO REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data da assinatura do Contrato e o reajuste somente poderá ser solicitado no momento da prorrogação do contrato.

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhaires.es.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPÍRITO SANTO

Após o interregno de um ano, e com solicitação do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice será o INPC/IBGE ou por outro índice oficial que vier substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado(s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por aditivo junto com a Prorrogação do contrato.

14. DAS GARANTIAS DO SERVIÇO/ PEÇAS FORNECIDAS

Para todos os serviços descritos, além das peças fornecidas para a execução do contrato deverão ser observados os prazos mínimos de garantias;

Serviços deverão ter prazo mínimo de garantia de 03 (três) meses da emissão da nota fiscal do serviço.

Peças, Materiais e Acessórios: deverão atender ao prazo mínimo de garantia estipulado pelos fabricantes.

A contagem de prazo das garantias será iniciadas da data da emissão da nota fiscal por parte da contratada e correspondente ao serviço executado.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Executar os serviços conforme estabelecido no contrato e de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, fiscalizando juntamente com o servidor especialmente designado para essa tarefa;

Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto sem a prévia anuência da CONTRATANTE;

Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe a Lei Nº 14133/21 e alterações.

Disponer de equipamento, material e pessoal especializado e no quantitativo necessário ao cumprimento do objeto contratado, respeitando as normas de higiene e segurança no trabalho;

Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser realizados por técnicos especializados, com emprego de técnica aperfeiçoada, ferramentas adequadas para cada tipo de equipamento/serviço;

Indenizar a CONTRATANTE, por quaisquer danos pessoal ou material, quando resultantes de ação ou omissão, negligência, imprudência ou imperícia dos seus empregados ou prepostos, bem como reparar, corrigir, remover, ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, quando constatados vícios, defeitos, ou incorreções resultantes da má execução ou de materiais empregados;

Arcar com os pagamentos de taxas, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, bem como seguros, desde que resultantes da contratação com o município;

Designar, junto a Secretaria Municipal de Saúde, um representante para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que por ventura surgirem durante a execução do contrato;

Emitir a Nota Fiscal/Fatura discriminativa contendo os serviços a serem entregues, devidamente atestada por servidor responsável, onde o CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes as multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos do edital, desde que não haja nenhum fato impeditivo. Deverá ainda, ser anexada a comprovação de regularidade Fiscal (INSS, FGTS, etc.) de acordo com a legislação em vigor;

Aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da legislação vigente.

Assumir ônus financeiro decorrente de falhas, omissões, defeitos de instalações e prejuízos outros derivados da eventual má execução do contrato;

Garantir a qualidade no relacionamento entre os seus funcionários e os usuários;

Assumir a responsabilidade pelos danos decorrentes da execução do contrato, independentemente da existência



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

de culpa ou dolo pro parte da CONTRATADA, salvo se provar que, tendo prestado serviço, o defeito inexiste; Assumir a responsabilidade em relação a terceiros por qualquer dano corporal e/ou material, quer seja ele decorrente ou não de suas ações ou omissões na execução do presente contrato, posto que lhe cabe obrigação de assumir a responsabilidade pelos danos decorrentes da execução do contrato, independentemente da existência de culpa ou dolo de sua parte;

A contratada se responsabilizará pelos custos de transportes, caso haja necessidade de remoção dos equipamentos até a oficina da Contratada. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados aos equipamentos, e acessórios, durante a execução dos serviços, transporte e a permanência em suas instalações ou oficinas;

Realizar os serviços em oficina especializada própria, com pessoal de qualificação comprovada e emprego exclusivo de peças originais, suprimentos, acessórios, instrumentos e ferramentas recomendadas pelas fabricantes dos equipamentos;

Apresentar sempre que solicitado os documentos fiscais que comprovem serem as peças originais, os suprimentos e acessórios recomendados pelas montadoras;

Emitir, caso solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde laudo de vistoria dos equipamentos;

Utilizar somente peças, materiais e acessórios originais novos, não podendo valer-se em nenhuma hipótese de itens recondicionados, do mercado paralelo ou de outra procedência, sem expressa e previa autorização da Secretaria Municipal de Saúde;

É vedado o uso de material improvisado ou peças adaptadas, com vistas a eliminar riscos de imprecisão ou funcionamento inadequado dos bens permanentes;

Somente poderá ocorrer a troca das peças, após autorização do fiscal de Contrato, mediante a apresentação dos orçamentos comprovando os valores das peças a serem substituídas.

Entende-se por **manutenção preventiva** aquela que é um conjunto de ações realizadas para evitar falhas e prolongar vida útil, com base em um planejamento e cronograma pré-estabelecidos. Em vez de esperar que algo quebre, a manutenção preventiva age para evitar que isso aconteça, por meio de inspeções, ajustes, lubrificação e substituições de peças, de acordo com um cronograma. A execução da manutenção preventiva deverá ser de forma Planejada baseada em um cronograma e atividades pré-definidas, Proativa realizada para evitar falhas, em vez de apenas corrigir problemas, Regular realizada em intervalos de tempo ou uso evitando paradas não programadas e prejuízos.

Entende-se por **manutenção corretiva** aquela que compreende os ajustes e correções necessárias das instalações ou peças danificadas, advindos de desgaste, falhas ou acidentes a partir da identificação de defeitos observados durante operação ou manutenções preventivas.

Todas as peças substituídas e/ou materiais necessários para execução do serviço deverão ser fornecidas pela contratada e deverão ser novas e genuínas. Não serão aceitas peças remanufaturadas e/ou usadas; as peças quando substituídas, deverão ser entregues à contratante, após a realização do reparo;

A Contratada deverá apresentar a Contratante juntamente com a nota fiscal dos serviços/peças, relatório substanciado do serviço, assinado pelo responsável técnico da empresa.

A empresa deverá contratar pessoas qualificadas ou qualificá-las para a execução

É considerado trabalhador qualificado aquele que comprovar conclusão de curso específico na área reconhecido pelo Sistema Oficial de Ensino.

É considerado trabalhador capacitado aquele que atenda às seguintes condições, simultaneamente: receba capacitação sob orientação e responsabilidade de profissional habilitado e autorizado, trabalhe sob a responsabilidade de profissional habilitado e autorizado. A capacitação só terá validade para a empresa que o capacitou e nas condições estabelecidas pelo profissional habilitado e autorizado responsável pela capacitação. São considerados autorizados os trabalhadores qualificados ou capacitados e os profissionais habilitados, com anuência formal da empresa.

A contratada deverá garantir os serviços contratados e responderá, nos ditames da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução dos mesmos de acordo com legislação vigente.

No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à contratada, relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato;

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhaires.es.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

Fornecer à contratada todas as informações necessárias visando propiciar a perfeita execução dos serviços;
Promover, por meio do servidor designado pela Secretaria competente, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada;

A Contratante pagará à Contratada pelos serviços prestados, em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, caso haja a aceitabilidade do bem, cumprido o fornecedor as etapas estabelecidas no Edital/Empenho, cabendo ao contratado comprovar sua regularidade fiscal conforme solicitado para habilitação no certame licitatório.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Secretaria Municipal de Saúde.

17. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo máximo para início da execução dos serviços será de até 05 (cinco) dias, de acordo com a Autorização de fornecimento, podendo ser prorrogado desde que sejam apresentadas justificativas aceitas pela Administração.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

Fica vedada a SUBCONTRATAÇÃO total do objeto licitado.

19. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:

A proposta deverá ser apresentada em atenção a formula a seguir indicada:

Para julgamento das propostas será utilizado um Valor Referencial, que deverá ser alcançado com a aplicação da seguinte formula:

$$VR = \{(40 \times VMO) + [60 \times (100 - DP)]\}$$

Onde:

VR = Valor Referencial;

VMO=Valor da Mão de Obra;

DP- Desconto Proposto para o fornecimento das Peças;

A licitante na formulação da proposta deverá necessariamente, informar os valores propostos de Mão de Obra e Percentual de desconto para fornecimento de peças, sob pena de desclassificação.

Deverá ser apresentada apenas uma proposta para cada item, informando o valor unitário da Mão de Obra/hora e o desconto percentual para o fornecimento de peças.

Será julgada e adjudicada vencedora a proposta que apresentar o MENOR PREÇO POR LOTE (MAIOR DESCONTO), respeitada a fase de lances.

A título de formalização da proposta será considerado para percentagem de desconto no fornecimento de peças na proposta apenas uma casa decimal após a vírgula.

O valor estimado trata-se de mera expectativa da Administração, tendo em vista a natureza do serviço se tratar de serviço de demanda, assim a estimativa foi realizada através de histórico de realização de serviços da mesma natureza praticados junto ao Município de Linhares.

A definição da empresa licitante vencedora dar-se pelo critério do MENOR PREÇO POR LOTE (MAIOR DESCONTO) sendo para tanto, considerado o valor preferencial;

Será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório, sendo desclassificadas as que estiverem em desacordo;

No preço proposto deverão estar incluídas todas as despesas, manutenção, Transportes, mão-de-obra e execução dos serviços, bem como, impostos, taxas e leis locais quando for o caso.

20. DAS COTAÇÕES

O processo possui no mínimo 03 (três) cotações extraídas através de pesquisas de preços, todas válidas e com a assinatura do responsável pelas pesquisas e sem variações exorbitantes dos preços que alterem a média de preços para o pregão.

Informamos que foram consultados demais potenciais fornecedores, porém não houve muito interesse em retornarem à cotação.

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhares.es.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

Foram excluídas do processo todos os preços inexecutáveis que possam alterar a média do preço.

21. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR LOTE (MAIOR DESCONTO)**. Informamos que a contratação deverá ser o MENOR PREÇO POR LOTE (MAIOR DESCONTO), pois o Lote é composto de serviço de Mão de obra Homem/hora e de desconto sobre peças de reposição.

A empresa licitante sempre que cotar o Lote deverá sempre considerar o serviço de Mão de obra homem/hora e o desconto de fornecimento de peças de reposição, em Hipótese alguma poderão ser desmembrados.

22. JUSTIFICATIVA DO LICITANTE VENCEDOR

Justificando que a escolha do licitante declarado vencedor será o que apresentar o MENOR PREÇO POR LOTE (MAIOR DESCONTO) e que atenda em total as exigências editalícias.

23. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

A exigência de comprovação de experiência mínima de 02 (DOIS) ano nas características técnicas da contratação e nas condições específicas de execução no âmbito do hospitalar, unidade hospitalar, unidade de médio e alto grau de complexidade, e ou similares.

Os serviços objeto da contratação serão executados em ambiente hospitalar ativo, o que impõe requisitos técnicos diferenciados quanto à segurança estrutural, controle de riscos operacionais, mitigação de impactos na rotina assistencial e observância rigorosa às condições sanitárias e de biossegurança.

Intervenções inadequadas podem acarretar:

- Comprometimento da segurança de usuários e servidores;
- Interferência na prestação dos serviços de saúde;
- Riscos estruturais e sanitários;
- Prejuízos ao patrimônio público;
- Responsabilização administrativa da gestão por falha na seleção do contratado.

Nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a Administração pode exigir comprovação de aptidão técnica compatível com o objeto contratado, desde que a exigência seja proporcional e justificada tecnicamente.

A fixação de experiência mínima de 01 (um) ano revela-se medida:

- **Proporcional**, pois não impõe exigência excessiva ou restritiva;
- **Razoável**, considerando a natureza contínua e sensível do ambiente hospitalar;
- **Necessária**, para mitigação de riscos contratuais;
- **Adequada**, à garantia de execução segura e eficiente.

Além disso, a exigência encontra respaldo nos princípios que regem a Administração Pública, especialmente:

- **Princípio da Eficiência** (art. 37 da Constituição Federal), ao buscar a contratação de empresa com capacidade comprovada de desempenho satisfatório;
- **Princípio da Continuidade do Serviço Público**, essencial em unidade hospitalar;
- **Princípio da Prevenção de Riscos e da Segurança Jurídica**, evitando contratações de empresas sem maturidade técnica suficiente;
- **Princípio da Economicidade**, pois a experiência comprovada reduz a probabilidade de falhas, retrabalhos, paralisações e custos adicionais.

A exigência, portanto, não configura restrição indevida à competitividade, mas sim instrumento legítimo de proteção ao interesse público, compatível com a complexidade do objeto e com a realidade operacional da unidade hospitalar.

Conclui-se que a previsão de experiência mínima de 01 (um) ano constitui medida técnica, juridicamente amparada e indispensável à adequada seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

24. JUSTIFICATIVA DA EXIGENCIA DE QUALIFICAÇÃO TECNICA

A exigência de qualificação técnica se refere à necessidade de garantir que a empresa que executará o serviço atenda aos requisitos técnicos e de qualidade exigidos para a sua finalidade.

Essa exigência é comum em licitações públicas, onde a expertise da empresa contratada é fundamental para o



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

sucesso do serviço. Para atender a essa exigência, é necessário que o fornecedor apresente documentação que comprove seu desempenho.

O fornecedor deve ter um histórico comprovado de sucesso na execução de serviços com características similares. A comprovação de qualificação técnica é importante para garantir a eficiência na execução do serviço, evitar retrabalho, perda de tempo e de dinheiro, além de garantir a segurança e a saúde dos usuários dos equipamentos nos quais serão executados os serviços.

25. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. Constitui infração administrativa, para os fins deste Termo de Referência, a prática pelo licitante ou pela CONTRATADA das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, especialmente: inexecução parcial; inexecução parcial com grave dano à Administração, ao funcionamento do serviço público ou ao interesse coletivo; inexecução total; atraso injustificado; não apresentação de documentação exigida; não manutenção da proposta; recusa injustificada em celebrar o contrato; apresentação de declaração ou documentação falsa; fraude; comportamento inidôneo; prática de ato ilícito para frustrar os objetivos da licitação; e ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

25.2. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados à Administração e, quando aplicável, a existência ou aperfeiçoamento de programa de integridade, nos termos do art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

25.3. As sanções aplicáveis são: advertência; multa; impedimento de licitar e contratar; e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sem prejuízo da reparação integral dos danos causados.

Conduta / situação	Multa prevista	Sanção administrativa correlata
Inexecução parcial de pequena gravidade, sem prejuízo relevante e sem reincidência	Advertência; se cabível multa, mínimo legal de 0,5% do valor do contrato	Advertência, quando não se justificar sanção mais grave
Atraso injustificado no início, continuidade ou conclusão da AF/OS	0,5% por dia corrido sobre o valor da parcela em atraso, limitada a 10% dessa parcela, respeitados o piso de 0,5% e o teto de 30% do valor total do contrato	Poderá haver impedimento de licitar e contratar quando configurada a hipótese do art. 155, VII, conforme gravidade
Inexecução parcial relevante, execução em desconformidade, recusa injustificada de correção ou reincidência	10% sobre o valor da parcela/AF/OS afetada, respeitados o piso de 0,5% e o teto de 30% do valor total do contrato	Impedimento de licitar e contratar, quando cabível
Inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento do hospital ou ao interesse coletivo	15% sobre o valor da parcela/AF/OS afetada, respeitados o piso de 0,5% e o teto de 30% do valor total do contrato	Impedimento de licitar e contratar por até 3 anos; declaração de inidoneidade se a gravidade justificar
Inexecução total, abandono injustificado do contrato ou recusa definitiva de cumprir obrigação essencial	20% sobre o valor total do contrato	Impedimento de licitar e contratar por até 3 anos, sem prejuízo de inidoneidade quando cabível
Não manter a proposta, não celebrar o contrato ou não entregar documentação para contratação quando convocado, sem justificativa aceita	10% sobre o valor estimado da contratação	Impedimento de licitar e contratar por até 3 anos
Declaração/documentação falsa, fraude, comportamento inidôneo, ato ilícito para frustrar a licitação ou ato lesivo da Lei nº 12.846/2013	20% sobre o valor total ou estimado da contratação, conforme a fase em que ocorrer a infração	Declaração de inidoneidade por 3 a 6 anos, observada a Lei nº 14.133/2021

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhaires.es.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

25.4. A multa moratória poderá ser convertida em multa compensatória quando o atraso caracterizar inexecução da obrigação, vedada a dupla incidência de multas sobre o mesmo fato, sem prejuízo da cumulação com advertência, impedimento ou declaração de inidoneidade quando legalmente cabível.

25.5. O impedimento de licitar e contratar será aplicado às hipóteses do art. 155, II a VII, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar penalidade mais grave, e produzirá efeitos no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicar a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

25.6. A declaração de inidoneidade será aplicada às hipóteses do art. 155, VIII a XII, bem como às hipóteses dos incisos II a VII que justifiquem sanção mais grave, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, observadas a competência e a análise jurídica prévia previstas no art. 156, §§ 5º e 6º, da Lei nº 14.133/2021.

25.7. A apuração de infração será iniciada mediante registro da ocorrência e relatório circunstanciado da fiscalização, com indicação dos fatos, provas, obrigação descumprida, eventual prejuízo e enquadramento preliminar. A CONTRATADA será formalmente intimada e terá acesso aos elementos necessários ao exercício do contraditório e da ampla defesa.

25.8. Na aplicação de multa será assegurada defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação. Para impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade será instaurado processo de responsabilização conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, com prazo de 15 (quinze) dias úteis para defesa escrita e especificação das provas, observando-se o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

25.9. Havendo produção de novas provas ou juntada de provas indispensáveis no processo de responsabilização, será assegurado prazo de 15 (quinze) dias úteis para alegações finais.

A decisão será motivada e considerará os critérios de dosimetria previstos na legislação.

25.10. Da aplicação de advertência, multa e impedimento caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Da declaração de inidoneidade caberá pedido de reconsideração no mesmo prazo. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até decisão final, nos termos dos arts. 166 a 168 da Lei nº 14.133/2021.

25.11. Após decisão administrativa definitiva, as multas e indenizações poderão ser descontadas dos créditos devidos à CONTRATADA, da garantia contratual, quando houver, ou cobradas pelos meios administrativos e judiciais cabíveis. A aplicação de sanção não afasta a obrigação de reparação integral do dano.

25.12. As sanções aplicadas serão registradas e divulgadas nos cadastros legalmente exigidos, inclusive CEIS e CNEP, quando cabível. A glosa de medição prevista no item 25.2. não constitui sanção e poderá ser realizada independentemente do processo sancionador, desde que devidamente motivada.

26 DOCUMENTAÇÃO OBRIGATORIA PARA O (OS) LICITANTE (S) DECLARADO (S) VENCEDOR(ES) DO CERTAME LICITATÓRIO.

Certificado de Registro da Empresa junto ao CREA-ES.

Comprovação de que possui em sua Equipe Técnica (para ser indicado como responsável técnico dos serviços), profissional de nível superior com graduação em engenharia civil, registrados via CTPS ou contrato de prestação de serviço ou Sócio comprovado via Contrato Social.

A apresentação e anexação dos documentos acima é necessária para a comprovação e a regularização técnica da empresa declarada vencedora do certame, habilitando-a formalmente para a celebração do futuro contrato administrativo, garantindo assim a segurança jurídica e a lisura do procedimento licitatório.

A empresa licitante declarada vencedora do certame deverá como condição para assinatura do contrato, comprovar que possui sede, filial ou base operacional instalada no Município de Linhares/ES, ou, alternativamente, apresentar declaração formal de que providenciará sua instalação no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da homologação do certame.

A exigência justifica-se em razão da natureza contínua e essencial dos serviços, bem como da necessidade de atendimento imediato, inclusive em situações emergenciais, considerando que os serviços serão executados em unidade hospitalar em funcionamento ininterrupto (24 horas), não sendo admissíveis atrasos que possam comprometer a continuidade dos serviços públicos de saúde.

Tal requisito não restringe a competitividade do certame, uma vez que não exige prévia instalação no momento da habilitação, sendo facultado ao licitante vencedor providenciar sua estrutura operacional no município após a adjudicação, conforme entendimento consolidado dos órgãos de controle



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

27. DO ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

Consta nos autos o Estudo Técnico Preliminar, justificando as necessidades e planejamento.

28. FISCALIZAÇÃO:

A execução deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nomeados por Portaria.

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no que “Regulamenta o § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para disciplinar a atuação de agentes públicos no desempenho de atividades de agente de contratação, membro de comissão de contratação, equipe de apoio, gestor e fiscal do contrato no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional”.

As comunicações serão realizadas pelo fiscal ou gestor do contrato ao preposto indicado pela contratada.

A fiscalização da contratação será exercida pelos servidores ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração bem como o acompanhamento da contratação bem como para atestar o recebimento provisório e definitivo.

FISCAL DO CONTRATO	SUPLENTE
ROMEU DE JESUS GONZAGA Matrícula: 23635	ANA CLÁUDIA FERREIRA DA SILVA Matrícula: 512245

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade resultante de imperfeição que ponha em dúvida a qualidade e segurança do produto e, na ocorrência de danos, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, nos termos do art. 120, da Lei 14.133/2021.

O fiscal do contrato anotar em registros próprios todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, encaminhando os apontamentos para as devidas providências cabíveis por parte da autoridade competente.

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

29. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, com adoção do critério de julgamento MENOR PREÇO LOTE (Maior desconto).

A cotação deverá ser apresentada em valores por lote. Após encerramento dos lances a empresa vencedora do (s) itens, deverá revalidar a sua proposta, com data atualizada.

Será adotado para o envio dos lances o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, conforme normas presentes no edital, até que se chegue ao lance vencedor.

Regime de execução – O regime de execução será licitado por MENOR PREÇO LOTE (Maior desconto), com execução conforme solicitação do setor em no Máximo 03 (três) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento, acompanhada da respectiva Nota de Empenho.

30. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A Contratante pagará à Contratada pelos materiais adquiridos, em até 30 (trinta) dias consecutivos, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, caso haja a aceitabilidade do bem, cumprido o fornecedor as etapas estabelecidas no Edital/Empenho, cabendo ao contratado comprovar sua regularidade fiscal conforme solicitado para habilitação no certame licitatório;

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhaires.es.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPÍRITO SANTO

O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE dentro dos prazos específicos estabelecidos pela legislação vigente, a contar do recebimento final e definitivo da Nota Fiscal, mediante o ateste do fiscal do contrato.

O pagamento fica condicionado à comprovação, através de certidões, de que a CONTRATADA se encontra adimplente com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, INSS e FGTS, às quais tenha obrigação de débito, não havendo pagamento enquanto perdurarem as condições de irregularidade.

A emissão antecipada do documento fiscal não implicará adiantamento para o pagamento da obrigação.

Havendo erro na nota fiscal ou qualquer documentação descrita no item anterior, a mesma será devolvida à CONTRATADA e corrigida pela mesma, na forma da Lei.

Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada à CONTRATADA, ficando o pagamento pendente até que se providenciem as medidas saneadoras.

Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal e/ou certidões, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

Os pagamentos serão efetuados através de depósito bancário em conta corrente da CONTRATADA.

31. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

No caso em apreço, a contratação será no critério de julgamento de menor preço global, contudo, trata-se de um único item, não havendo nenhum tipo de agrupamento de itens diversos em lotes, o que ampliará a concorrência.

32. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- O serviço objeto desta contratação tem natureza de bens/serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- A Contratação será realizada por meio de licitação, na Modalidade PREGÃO na Forma PRESENCIAL, com critério de julgamento de menor preço por lote, modo de disputa aberto, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021;
- O prazo para o início da execução dos serviços após a assinatura do contrato será de acordo com a solicitação do setor no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos após o recebimento da Autorização de Fornecimento;
- A contratada deverá realizar a prestação dos serviços de manutenções corretivas quando solicitado pelo contratante em até 03 (três) horas ou quando constatada nos serviços de manutenção corretiva de acordo com a urgência que o caso requeira;
- Todo serviço sendo preventivo ou corretivo deverá ter garantia mínima de 90 (noventa) dias;
- O servidor responsável pela fiscalização da execução dos serviços poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na execução do contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos;
- A vigência do contrato será pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado a critério da Administração;
- A Contratada deverá providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente da Contratante;
- **A empresa arrematante deverá apresentar** Comprovação de aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante apresentação de **atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinado pela pessoa responsável, preferencialmente em papel timbrado da empresa emissora;
- Da sustentabilidade - A futura Contratada deverá empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais. Além disso, de acordo com o art. 9º do Decreto nº. 1606 de 27 de dezembro de 2023, o contratado deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

- I – que use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
 - II – que adote medidas para evitar o desperdício de água tratada;
 - III – que observe a Resolução CONAMA nº 20, de 07 de dezembro de 1994, ou outra que venha sucedê-la, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
 - IV – que forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizeram necessários, para a execução de serviços;
 - V – que realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
 - VI – que realize separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber;
 - VII – que respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos;
 - VIII – que preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo dispositivo da Lei nº 9941/2012.
- Da Subcontratação - Fica vedada em total a subcontratação do objeto.
 - O contrato conterá cláusula rescisória, que poderá ser invocada a critério da Administração.

33. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária, prevista no orçamento na classificação abaixo:

MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL GERAL DE LINHARES

Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Ficha – 186

Fonte: 150000150000

Material de Consumo

Ficha – 183

Fonte: 150000150000

As despesas poderão ser pagas com **RECURSOS PRÓPRIOS**, conta corrente 20.067.104 - Agência 0124. - Banestes

- a) A Unidade gestora ordenadora da despesa total do contrato será o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, a qual deverá realizar as conferências periódicas e controlar os pagamentos.
- b) O elemento de despesa será “SERVIÇO”.
- c) As demais informações estão contidas no “Termo de referência”.

32. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução - A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- Convocação do licitante para assinatura do Contrato;
- Convocação do contratado para recebimento da Autorização de fornecimento/Ordem de Serviço;
- Início da execução do objeto: conforme solicitação do setor, após o recebimento da Autorização de Fornecimento;
- O prazo de execução do Contrato fica fixado em 01 (um) ano, contados a partir da data de assinatura pela CONTRATADA e sua PUBLICAÇÃO, podendo ser prorrogado a critério da Administração;
- Os serviços serão executados nas dependências do **HOSPITAL GERAL DE LINHARES**, na Rua Monseñor Pedrinha, 800, Bairro Araçá, Linhares-ES, CEP 29901-440, em dias úteis, no horário das 07h00 às 19h00.

34. AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Conforme Portaria nº 41, de 13 de março de 2026, fica nomeada Agente de Contratação na qualidade de Pregoeira a servidora efetiva Leonethe Braum Pereira.

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhares.es.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

35. MATRIZ DE RISCOS

A ausência da matriz de riscos pode ser justificada quando a contratação for de baixo valor ou baixa complexidade. A Lei 14.133/2021 estabelece que a matriz de riscos é facultativa, mas obrigatória em contratações de grande vulto, integradas e semi-integradas.

Linhares, ES- 21 de setembro de 2026.

Atenciosamente

**ALEXANDRE MARIM
VIEIRA:05393379781**

Assinado de forma digital por
ALEXANDRE MARIM
VIEIRA:05393379781
Dados: 2026.10.22 14:42:36 -03'00'

Alexandre Marim Vieira
Secretário Municipal de Saúde - Interino
Fundo Municipal de Saúde de - Linhares/ES
Decreto nº 01438/2025

Clézia Aparecida Martelli Laurete
Diretora Geral
Hospital Geral de Linhares



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO

RELAÇÃO DOS MATERIAIS E SERVIÇOS A SEREM ENTREGUES

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	VALOR MÉDIA DA M.O. HORA	VALOR GLOBAL ANUAL R\$320.000,00	PERCENTUAL DE DESCONTO DE PEÇAS (%)
001	01	HORA HOMEM TRABALHADO EM SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE SERRALHERIA E CALDEIRARIA em materiais de ferro, aço e em suas multiformas com fornecimento de material de ferro, aço galvanizado, metais, aço inox e outros (camas hospitalares, patinhos de inox, comadres de inox, jarros de inox, macas, mesas, armários, carrinhos, suportes de soro, estantes, tampas de caixas de esgoto, grelhas, , sistema de exaustor, portas, portões, grades, calhas, telhado metálico, trilhos, soldas, pinturas em geral em material ferroso, limpezas e demais estruturas metálicas), com fornecimento de material de ferro, metais, aço inox e outros materiais necessários, para atender o Hospital Geral de Linhares.	HOM/ HORA	R\$ 164.33	R\$ 192.000,00	
	02	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO EM SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE SERRALHERIA E CALDEIRARIA em materiais de ferro, aço e em suas multiformas com fornecimento de material de ferro, aço galvanizado, metais, aço inox e outros (camas hospitalares, patinhos de inox, comadres de inox, jarros de inox, macas, mesas, armários, carrinhos, suportes de soro, estantes, tampas de caixas de esgoto, grelhas, , sistema de exaustor, portas, portões, grades, calhas, telhado metálico, trilhos, soldas, pinturas em geral em material ferroso, limpezas e demais estruturas metálicas), com fornecimento de material de ferro, metais, aço inox e outros materiais necessários, para atender o Hospital Geral de Linhares.	DESC. (%)		R\$ 128.000,00	3,67%

ESTIMATIVAS DE VALORES - PREVISÃO DA DESPESA COM A CONTRATAÇÃO

O valor estimativo destinado a contratação será de R\$320.000,00 (trezentos e vinte mil reais) sendo estimado: R\$128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais) 40% (quarenta por cento) do valor estimado para despesa de **PEÇAS** e R\$192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais) 60% (sessenta por cento) para **SERVIÇOS**.

O valor apresentado trata-se de **expectativa meramente estimativa**, com base nos valores e quantitativos praticados no mercado local, referenciado nos estimativos de utilização e execução de serviços da mesma natureza já praticados neste município;

Não será admitida proposta com valores de Mão de obra homem/hora e descontos sobre peças acima do valor estimado: R\$164,33 (cento e sessenta e quatro reais e trinta e três centavos) para **MÃO DE OBRA HOMEM/HORA** e nem proposta com **DESCONTOS SOBRE PEÇAS** abaixo do estimado (3,67% três vírgula sessenta e seis por cento);



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº ----/2026

ANEXO II

(MINUTA) CONTRATO Nº ____ / 2026

TERMO DE CONTRATO FIRMADO NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES, QUE ENTRE SÍ FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE LINHARES-ES., E DE OUTRO LADO A FIRMA "VENCEDORA DO PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº ----/2026, EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº -----/20----

Por este instrumento particular de contrato que entre si fazem, de um lado o Município de LINHARES, ES, pessoa jurídica de Direito Público, com sede à Avenida Augusto Pestana, 790, Centro, Linhares - ES, devidamente inscrito no C.N.P.J (MF) sob o nº -----, neste ato representado pelo(a) Secretaria Municipal de -----, portador do CPF (MF) nº -----, residente e domiciliado(a) à -----, neste instrumento denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, do outro, a empresa -----, estabelecida à-----, devidamente inscrita no CNPJ (MF) nº -----, representada legalmente neste ato pelo Sr (a) -----, portador(a) do CPF (MF) nº -----, residente e domiciliado(a) à -----, adiante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o julgamento datado de ----, referente ao Pregão Presencial FMS Nº ----/2026, devidamente homologado pela Secretaria Municipal de -----, no processo nº -----/20---, têm entre si, justos e contratados, sob a forma de execução indireta, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 1.606/2023, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.2. 1.1 O presente contrato tem por Contratação de Empresa especializada para execução de serviços de manutenção corretiva e preventiva de SERRALHERIA E CALDEIRARIA, incluindo fabricação, montagem, soldagem, recuperação, pintura e instalação de estruturas metálicas e itens em aço inox, com fornecimento de materiais necessários, para atendimento das demandas do Hospital Geral de Linhares., conforme disposto na Licitação Pregão Presencial FMS Nº ----/2026 cujo edital consta no **Processo Administrativo nº 007490/2026**, conforme proposta anexa.

1.2 A prestação dos serviços e entrega dos materiais obedecerá ao estipulado neste Contrato e às disposições da Lei nº 14.133/21, à qual se encontra vinculado, bem como às disposições contido na Licitação Pregão Presencial FMS Nº ----/2026, além das obrigações assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA e dirigida à CONTRATANTE, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato,

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhaires.es.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

no que não o contrarie.

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;

1.3.2 O Edital da Licitação;

1.3.3 A Proposta do contratado;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

2.1 O regime de execução contratual, os modelos de execução e gestão contratual, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1 Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato;

3.2 Fornecer à contratada todas as informações necessárias visando propiciar a perfeita execução dos serviços;

3.3 Promover, por meio do servidor designado pela Secretaria competente, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada;

3.4 A Contratante pagará à Contratada pelos serviços prestados, em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, caso haja a aceitabilidade do bem, cumprido o fornecedor as etapas estabelecidas no Edital/Empenho, cabendo ao contratado comprovar sua regularidade fiscal conforme solicitado para habilitação no certame licitatório.

3.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 Executar os serviços conforme estabelecido no contrato e de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, fiscalizando juntamente com o servidor especialmente designado para essa tarefa;

4.2 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto sem a prévia anuência da CONTRATANTE;

4.3 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe a Lei Nº 14133/21 e alterações.

4.4 Dispor de equipamento, material e pessoal especializado e no quantitativo necessário ao cumprimento do objeto contratado, respeitando as normas de higiene e segurança no trabalho;

4.5 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser realizados por técnicos especializados, com emprego de técnica aperfeiçoada, ferramentas adequadas para cada tipo de equipamento/serviço;

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhaires.es.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

- 4.6 Indenizar a CONTRATANTE, por quaisquer danos pessoal ou material, quando resultantes de ação ou omissão, negligência, imprudência ou imperícia dos seus empregados ou prepostos, bem como reparar, corrigir, remover, ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, quando constatados vícios, defeitos, ou incorreções resultantes da má execução ou de materiais empregados;
- 4.7 Arcar com os pagamentos de taxas, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, bem como seguros, desde que resultantes da contratação com o município;
- 4.8 Designar, junto a Secretaria Municipal de Saúde, um representante para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que por ventura surgirem durante a execução do contrato;
- 4.9 Emitir a Nota Fiscal/Fatura discriminativa contendo os serviços a serem entregues, devidamente atestada por servidor responsável, onde o CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes as multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos do edital, desde que não haja nenhum fato impeditivo. Deverá ainda, ser anexada a comprovação de regularidade Fiscal (INSS, FGTS, etc.) de acordo com a legislação em vigor;
- 4.10 Aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da legislação vigente.
- 4.11 Assumir ônus financeiro decorrente de falhas, omissões, defeitos de instalações e prejuízos outros derivados da eventual má execução do contrato;
- 4.12 Garantir a qualidade no relacionamento entre os seus funcionários e os usuários;
- 4.13 Assumir a responsabilidade pelos danos decorrentes da execução do contrato, independentemente da existência de culpa ou dolo pro parte da CONTRATADA, salvo se provar que, tendo prestado serviço, o defeito inexiste;
- 4.14 Assumir a responsabilidade em relação a terceiros por qualquer dano corporal e/ou material, quer seja ele decorrente ou não de suas ações ou omissões na execução do presente contrato, posto que lhe cabe obrigação de assumir a responsabilidade pelos danos decorrentes da execução do contrato, independentemente da existência de culpa ou dolo de sua parte;
- 4.15 A contratada se responsabilizará pelos custos de transportes, caso haja necessidade de remoção dos equipamentos até a oficina da Contratada. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados aos equipamentos, e acessórios, durante a execução dos serviços, transporte e a permanência em suas instalações ou oficinas;
- 4.16 Realizar os serviços em oficina especializada própria, com pessoal de qualificação comprovada e emprego exclusivo de peças originais, suprimentos, acessórios, instrumentos e ferramentas recomendadas pelas fabricantes dos equipamentos;**
- 4.17 Apresentar sempre que solicitado os documentos fiscais que comprovem serem as peças originais, os suprimentos e acessórios recomendados pelas montadoras;
- 4.18 Emitir, caso solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde laudo de vistoria dos equipamentos;
- 4.19 Utilizar somente peças, materiais e acessórios originais novos, não podendo valer-se em nenhuma hipótese de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

itens reconicionados, do mercado paralelo ou de outra procedência, sem expressa e previa autorização da Secretaria Municipal de Saúde;

4.20 É vedado o uso de material improvisado ou peças adaptadas, com vistas a eliminar riscos de imprecisão ou funcionamento inapropriado dos bens permanentes;

4.21 Somente poderá ocorrer a troca das peças, após autorização do fiscal de Contrato, mediante a apresentação dos orçamentos comprovando os valores das peças a serem substituídas.

4.22 Entende-se por **manutenção preventiva** aquela que é um conjunto de ações realizadas para evitar falhas e prolongar vida útil, com base em um planejamento e cronograma pré-estabelecidos. Em vez de esperar que algo quebre, a manutenção preventiva age para evitar que isso aconteça, por meio de inspeções, ajustes, lubrificação e substituições de peças, de acordo com um cronograma. A execução da manutenção preventiva deverá ser de forma Planejada baseada em um cronograma e atividades pré-definidas, Proativa realizada para evitar falhas, em vez de apenas corrigir problemas, Regular realizada em intervalos de tempo ou uso evitando paradas não programadas e prejuízos.

4.23 Entende-se por **manutenção corretiva** aquela que compreende os ajustes e correções necessárias das instalações ou peças danificadas, advindos de desgaste, falhas ou acidentes a partir da identificação de defeitos observados durante operação ou manutenções preventivas.

4.24 Todas as peças substituídas e/ou material necessários para execução do serviço deverão ser fornecidas pela contratada e deverão ser novas e genuínas. não serão aceitas peças remanufaturadas e/ou usadas; as peças quando substituídas, deverão ser entregues à contratante, após a realização do reparo;

4.25 A Contratada deverá apresentar a Contratante juntamente com a nota fiscal dos serviços/peças, relatório substanciado do serviço, assinado pelo responsável técnico da empresa.

4.26 A empresa deverá contratar pessoas qualificadas ou qualificá-las para a execução

4.27 É considerado trabalhador qualificado aquele que comprovar conclusão de curso específico na área reconhecido pelo Sistema Oficial de Ensino.

4.28 É considerado trabalhador capacitado aquele que atenda às seguintes condições, simultaneamente: receba capacitação sob orientação e responsabilidade de profissional habilitado e autorizado, trabalhe sob a responsabilidade de profissional habilitado e autorizado. A capacitação só terá validade para a empresa que o capacitou e nas condições estabelecidas pelo profissional habilitado e autorizado responsável pela capacitação. São considerados autorizados os trabalhadores qualificados ou capacitados e os profissionais habilitados, com anuência formal da empresa.

4.29 A contratada deverá garantir os serviços contratados e responderá, nos ditames da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução dos mesmos de acordo com legislação vigente.

4.30 No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à contratada, relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas.

4.31 A empresa licitante declarada vencedora do certame deverá como condição para assinatura do contrato,



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

comprovar que possui sede, filial ou base operacional instalada no Município de Linhares/ES, ou, alternativamente, apresentar declaração formal de que providenciará sua instalação no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da homologação do certame.

CLAUSULA QUINTA – MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

5.1 A execução deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nomeados por Portaria.

5.2 A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no que “Regulamenta o § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para disciplinar a atuação de agentes públicos no desempenho de atividades de agente de contratação, membro de comissão de contratação, equipe de apoio, gestor e fiscal do contrato no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional”.

5.3 As comunicações serão realizadas pelo fiscal ou gestor do contrato ao preposto indicado pela contratada.

5.4 A fiscalização da contratação será exercida pelos servidores ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração bem como o acompanhamento da contratação bem como para atestar o recebimento provisório e definitivo.

FISCAL DO CONTRATO	SUPLENTE
ROMEU DE JESUS GONZAGA Matrícula: 23635	ANA CLÁUDIA FERREIRA DA SILVA Matrícula: 512245

5.5 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade resultante de imperfeição que ponha em dúvida a qualidade e segurança do produto e, na ocorrência de danos, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, nos termos do art. 120, da Lei 14.133/2021.

5.6 O fiscal do contrato anotará em registros próprios todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, encaminhando os apontamentos para as devidas providências cabíveis por parte da autoridade competente.

5.7 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

5.8 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

CLÁUSULA SEXTA - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, AUTORIZAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, RECEBIMENTO, GLOSA E PAGAMENTO

6.1. Da autorização da execução

6.1.1 Nenhum serviço, fornecimento de peça, material ou acessório será considerado para fins de medição e pagamento sem prévia solicitação e autorização da CONTRATANTE, formalizada por Autorização de Fornecimento – AF e/ou Ordem de Serviço – OS, acompanhada da respectiva Nota de Empenho, ressalvadas as situações emergenciais hospitalares, que poderão ser comunicadas pelos canais oficiais indicados pela fiscalização e deverão ser formalizadas no processo administrativo tão logo seja possível.

6.1.2 A AF/OS deverá identificar, sempre que aplicável, o setor solicitante, o bem ou estrutura a ser atendida, a descrição do defeito ou serviço, o local de execução, a prioridade, a estimativa de mão de obra e os materiais inicialmente previstos, sem prejuízo de ajustes tecnicamente justificados e previamente autorizados pela fiscalização.

6.1.3 A substituição de peças, materiais ou acessórios dependerá de autorização expressa do fiscal do contrato. A CONTRATADA deverá apresentar elementos idôneos de comprovação do preço de mercado, tais como cotações, propostas comerciais, tabelas de fabricante ou documentos fiscais, devendo incidir sobre a base de preço aprovada pela Administração o percentual de desconto ofertado na licitação. Não serão pagos materiais adquiridos ou instalados sem autorização, salvo situação emergencial devidamente justificada e posteriormente ratificada pela autoridade competente.

6.2. Da medição

6.2.1 A medição será realizada mensalmente, abrangendo os serviços e materiais efetivamente executados e aceitos no período, ou ao término da AF/OS quando a Administração assim determinar, e deverá refletir exclusivamente quantidades comprovadas e autorizadas.

6.2.2 Para a mão de obra, serão medidos somente os homens/hora efetivamente trabalhados na execução do serviço autorizado, mediante registro contendo data, horário de início e término, identificação dos profissionais, local, descrição das atividades e assinatura ou validação do responsável da CONTRATADA e da fiscalização. Não integrarão a medição tempos de deslocamento, espera, retrabalho decorrente de falha da CONTRATADA, mobilização não autorizada ou horas sem comprovação.

6.2.3 Para peças, materiais e acessórios, serão medidos apenas os itens previamente autorizados, efetivamente aplicados ou entregues, compatíveis com as especificações do objeto e acompanhados da documentação comprobatória do preço e da origem, aplicando-se o desconto contratual. As peças substituídas deverão ser apresentadas à fiscalização quando solicitado ou quando previsto neste Termo de Referência.

6.2.4 A CONTRATADA deverá apresentar, para conferência da medição, relatório de serviços executados, AF/OS correspondentes, registros de horas trabalhadas, relação discriminada de peças e materiais, comprovação de preços, relatório técnico assinado pelo responsável técnico e, quando cabível, registros fotográficos do antes e depois, laudos, testes e demais evidências da execução.

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhares.es.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPÍRITO SANTO

6.3. Da fiscalização e conferência da medição

6.3.1 A execução será acompanhada por fiscal(is) e gestor do contrato formalmente designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 1.606/2023 e da regulamentação municipal aplicável. Compete à fiscalização verificar a conformidade técnica, a efetiva execução, os quantitativos de mão de obra, as peças e materiais empregados, os prazos, as condições de segurança e a documentação de suporte da medição.

6.3.2 O fiscal registrará as ocorrências da execução, determinará a correção de falhas dentro de prazo compatível com a urgência e comunicará ao gestor as situações que ultrapassem sua competência. A atuação da fiscalização não reduz nem exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto.

6.3.3 A fiscalização não poderá autorizar alteração de objeto, preço, quantitativo global, prazo contratual ou condição que dependa de decisão da autoridade competente, devendo encaminhar a demanda ao gestor para regular processamento.

6.4. Do recebimento provisório e definitivo

6.4.1 Concluída a execução da AF/OS e entregue a documentação da medição, o objeto será recebido provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante relatório ou termo detalhado, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, quando verificado o atendimento das exigências técnicas.

6.4.2 O recebimento definitivo será realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo, relatório de medição ou ateste detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório e a correção de eventuais pendências.

6.4.3 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, com este Termo de Referência, com a AF/OS ou com as normas técnicas aplicáveis. O recebimento provisório ou definitivo não afasta a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, defeitos, garantia, segurança e qualidade dos serviços e materiais.

6.5. Da glosa

6.5.1 Serão objeto de glosa, total ou parcial, os valores correspondentes a serviços, horas, peças ou materiais que: não tenham sido autorizados; não estejam comprovados; tenham sido executados em quantidade superior à autorizada; apresentem vício, defeito ou desconformidade; constituam retrabalho imputável à CONTRATADA; tenham preço sem comprovação idônea; ou não atendam às demais condições contratuais.

6.5.2 A glosa será calculada de forma proporcional ao item, quantidade, hora ou parcela não aceita e será registrada na medição com a respectiva justificativa. Antes da consolidação da glosa, a CONTRATADA será comunicada para apresentar esclarecimentos ou documentos complementares no prazo de 5 (cinco) dias úteis, quando a irregularidade for passível de saneamento.

6.5.3 A glosa possui natureza de ajuste da medição e não se confunde com sanção administrativa. Quando a irregularidade também caracterizar infração contratual, poderão ser instaurados os procedimentos sancionadores cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa. Havendo controvérsia apenas sobre parte da execução, a parcela incontroversa será liberada no prazo normal de pagamento, conforme art. 143 da Lei nº 14.133/2021.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

6.6. Da liquidação e do pagamento

6.6.1 Após a aprovação da medição e o recebimento definitivo, a CONTRATADA emitirá a Nota Fiscal/Fatura pelo valor efetivamente aceito, separando, quando aplicável, mão de obra e peças/materiais. A Nota Fiscal deverá indicar, no mínimo, o número do Pregão, Processo, Contrato, Empenho, AF/OS, período da medição e demais dados exigidos pela CONTRATANTE.

6.6.2 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada e acompanhada da documentação necessária à liquidação da despesa, mediante depósito em conta bancária da CONTRATADA, observada a ordem cronológica de pagamentos e a legislação aplicável.

6.6.3 A CONTRATADA deverá manter, durante a execução e para fins de pagamento, as condições de habilitação exigidas na licitação e apresentar as certidões e documentos de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigíveis.

6.6.4 Havendo erro na Nota Fiscal, ausência de documento, divergência de medição ou qualquer fato que impeça a liquidação, a CONTRATADA será formalmente comunicada para saneamento, reiniciando-se a contagem do prazo de pagamento após a regularização, sem ônus para a CONTRATANTE. A emissão antecipada de Nota Fiscal não gera direito a pagamento antecipado.

6.6.5 Do valor devido poderão ser efetuadas retenções tributárias legais, glosas devidamente motivadas e descontos decorrentes de multas ou indenizações definitivamente constituídas, observados o devido processo administrativo, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de 01 (um) ano contado da data da assinatura do Contrato e o reajuste somente poderá ser solicitado no momento da prorrogação do contrato.

7.2 Após o interregno de um ano, e com solicitação do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice será o INPC/IBGE ou por outro índice oficial que vier substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

7.5 Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado(s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhaires.es.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

7.7 O reajuste será realizado por aditivo junto com a Prorrogação do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

8.1 As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária própria consignada no orçamento municipal para o exercício de 2026 e subsequentes, a saber:

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

08.01.10.302.0048.2.263 - MANUTENÇÃO DO HGL

3.3.90.30.000 - MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 183

RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – SAÚDE

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

08.01.10.302.0048.2.263 - MANUTENÇÃO DO HGL

3.3.90.39.000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - FICHA 186

RECURSOS: RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – SAÚDE

8.2 Para a cobertura das despesas relativas ao presente contrato, serão emitidas Notas de Empenho, à conta das dotações especificadas nesta cláusula.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DURAÇÃO

9.1 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado nos termos da legislação aplicável.

9.2 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

9.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

9.4 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA - PRAZOS, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DEMAIS CONDIÇÕES:

10.1 O PRAZO DE VIGÊNCIA, INÍCIO E LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1.1 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.2 A contratada deverá apresentar atestado de capacidade técnica, comprovando no mínimo um ano de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos dessa natureza em unidades hospitalares.

10.1.3 A contratada deverá comprovar que possui registro no CREA– Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;

10.1.4 Os serviços serão executados nas dependências do HGL – Hospital Geral de Linhares, localizado na Rua

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhares.es.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

Monsenhor Pedrinha, nº 800 – Araçá – Linhares/ES CEP: 29.901-442.

10.1.5 A contratada deverá manter os técnicos sobre aviso para atender as manutenções preventivas e corretivas no prazo Máximo de 03 (três) horas após comunicação da contratante, neste caso os serviços deverão ser executados em qualquer horário, inclusive sábados, domingos e feriados, sem ônus para a contratante.

10.1.6 Os reparos deverão ser executados impreterivelmente com o uso de peças originais do fabricante dos equipamentos existentes no mercado, cuja responsabilidade pelo fornecimento será exclusiva do contratado.

10.2 DAS GARANTIAS DO SERVIÇO/ PEÇAS FORNECIDAS

10.2.1 Para todos os serviços descritos, além das peças fornecidas para a execução do contrato deverão ser observados os prazos mínimos de garantias;

10.2.2 Serviços deverão ter prazo mínimo de garantia de 03 (três) meses da emissão da nota fiscal do serviço.

10.2.3 Peças, Materiais e Acessórios: deverão atender ao prazo mínimo de garantia estipulado pelos fabricantes.

10.2.4 A contagem de prazo das garantias será iniciadas da data da emissão da nota fiscal por parte da contratada e correspondente ao serviço executado.

10.3 DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.3.1 O prazo máximo para início da execução dos serviços será de até 05 (cinco) dias, de acordo com a Autorização de fornecimento, podendo ser prorrogado desde que sejam apresentadas justificativas aceitas pela Administração.

10.4 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

10.4.1 **Condições de execução** - A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

10.4.2 Convocação do licitante para assinatura do Contrato;

10.4.3 Convocação do contratado para recebimento da Autorização de fornecimento/Ordem de Serviço;

10.4.4 Início da execução do objeto: conforme solicitação do setor, após o recebimento da Autorização de Fornecimento;

10.4.5 O prazo de execução do Contrato fica fixado em 01 (um) ano, contados a partir da data de assinatura pela CONTRATADA e sua PUBLICAÇÃO, podendo ser prorrogado a critério da Administração;

10.4.6 Os serviços serão executados nas dependências do **HOSPITAL GERAL DE LINHARES**, na Rua Monsenhor Pedrinha, 800, Bairro Araçá, Linhares-ES, CEP 29901-440, em dias úteis, no horário das 07h00 às 19h00.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1 Fica vedada a SUBCONTRATAÇÃO total do objeto licitado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO

13.1 Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados nos artigos 104, I, e 124 da Lei nº 14.133/21.

13.2 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Constitui infração administrativa, para os fins deste Termo de Referência, a prática pelo licitante ou pela CONTRATADA das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, especialmente: inexecução parcial; inexecução parcial com grave dano à Administração, ao funcionamento do serviço público ou ao interesse coletivo; inexecução total; atraso injustificado; não apresentação de documentação exigida; não manutenção da proposta; recusa injustificada em celebrar o contrato; apresentação de declaração ou documentação falsa; fraude; comportamento inidôneo; prática de ato ilícito para frustrar os objetivos da licitação; e ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

14.2. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados à Administração e, quando aplicável, a existência ou aperfeiçoamento de programa de integridade, nos termos do art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

14.3. As sanções aplicáveis são: advertência; multa; impedimento de licitar e contratar; e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sem prejuízo da reparação integral dos danos causados.

Conduta / situação	Multa prevista	Sanção administrativa correlata
Inexecução parcial de pequena gravidade, sem prejuízo relevante e sem reincidência	Advertência; se cabível multa, mínimo legal de 0,5% do valor do contrato	Advertência, quando não se justificar sanção mais grave
Atraso injustificado no início, continuidade ou conclusão da AF/OS	0,5% por dia corrido sobre o valor da parcela em atraso, limitada a 10% dessa parcela, respeitados o piso de 0,5% e o teto de 30% do valor total do contrato	Poderá haver impedimento de licitar e contratar quando configurada a hipótese do art. 155, VII, conforme gravidade
Inexecução parcial relevante, execução em desconformidade,	10% sobre o valor da parcela/AF/OS afetada, respeitados o piso de 0,5%	Impedimento de licitar e contratar, quando cabível



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

recusa injustificada de correção ou reincidência	e o teto de 30% do valor total do contrato	
Inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento do hospital ou ao interesse coletivo	15% sobre o valor da parcela/AF/OS afetada, respeitados o piso de 0,5% e o teto de 30% do valor total do contrato	Impedimento de licitar e contratar por até 3 anos; declaração de inidoneidade se a gravidade justificar
Inexecução total, abandono injustificado do contrato ou recusa definitiva de cumprir obrigação essencial	20% sobre o valor total do contrato	Impedimento de licitar e contratar por até 3 anos, sem prejuízo de inidoneidade quando cabível
Não manter a proposta, não celebrar o contrato ou não entregar documentação para contratação quando convocado, sem justificativa aceita	10% sobre o valor estimado da contratação	Impedimento de licitar e contratar por até 3 anos
Declaração/documentação falsa, fraude, comportamento inidôneo, ato ilícito para frustrar a licitação ou ato lesivo da Lei nº 12.846/2013	20% sobre o valor total ou estimado da contratação, conforme a fase em que ocorrer a infração	Declaração de inidoneidade por 3 a 6 anos, observada a Lei nº 14.133/2021

24.4. A multa moratória poderá ser convertida em multa compensatória quando o atraso caracterizar inexecução da obrigação, vedada a dupla incidência de multas sobre o mesmo fato, sem prejuízo da cumulação com advertência, impedimento ou declaração de inidoneidade quando legalmente cabível.

14.5. O impedimento de licitar e contratar será aplicado às hipóteses do art. 155, II a VII, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar penalidade mais grave, e produzirá efeitos no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicar a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.6. A declaração de inidoneidade será aplicada às hipóteses do art. 155, VIII a XII, bem como às hipóteses dos incisos II a VII que justifiquem sanção mais grave, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, observadas a competência e a análise jurídica prévia previstas no art. 156, §§ 5º e 6º, da Lei nº 14.133/2021.

14.7. A apuração de infração será iniciada mediante registro da ocorrência e relatório circunstanciado da fiscalização, com indicação dos fatos, provas, obrigação descumprida, eventual prejuízo e enquadramento preliminar. A CONTRATADA será formalmente intimada e terá acesso aos elementos necessários ao exercício do contraditório e da ampla defesa.

14.8. Na aplicação de multa será assegurada defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação. Para impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade será instaurado processo de responsabilização conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, com prazo de 15 (quinze) dias úteis

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhares.es.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPÍRITO SANTO

para defesa escrita e especificação das provas, observando-se o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

14.9. Havendo produção de novas provas ou juntada de provas indispensáveis no processo de responsabilização, será assegurado prazo de 15 (quinze) dias úteis para alegações finais.

A decisão será motivada e considerará os critérios de dosimetria previstos na legislação.

14.10. Da aplicação de advertência, multa e impedimento caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Da declaração de inidoneidade caberá pedido de reconsideração no mesmo prazo. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até decisão final, nos termos dos arts. 166 a 168 da Lei nº 14.133/2021.

14.11. Após decisão administrativa definitiva, as multas e indenizações poderão ser descontadas dos créditos devidos à CONTRATADA, da garantia contratual, quando houver, ou cobradas pelos meios administrativos e judiciais cabíveis. A aplicação de sanção não afasta a obrigação de reparação integral do dano.

14.12. As sanções aplicadas serão registradas e divulgadas nos cadastros legalmente exigidos, inclusive CEIS e CNEP, quando cabível. A glosa de medição prevista no item 20.2. não constitui sanção e poderá ser realizada independentemente do processo sancionador, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1 Poderá o presente contrato ser rescindido no todo ou em parte, a qualquer momento, caso ocorram os motivos constantes dos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/21, mediante formalização motivada nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.2 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

15.3 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15.4 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICIDADE

16.1 O extrato do presente contrato será divulgado no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP, conforme o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/21, correndo as despesas por conta da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

17.1 As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhaires.es.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 e Decreto Municipal 1.693 de 19 de dezembro de 2022).

17.1.1 O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

17.2 A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

17.2.1 A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

17.2.2 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do MUNICÍPIO DE LINHARES, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

17.3 A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou o MUNICÍPIO DE LINHARES está exposto.

17.4 A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

17.4.1 A CONTRATADA deverá permitir a realização de auditorias do MUNICÍPIO DE LINHARES e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados.

17.4.2 A CONTRATADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO DE LINHARES, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

17.5 A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição ao MUNICÍPIO DE LINHARES, mediante solicitação.

17.5.1 A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do MUNICÍPIO DE LINHARES, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

execução do presente Contrato.

17.6 A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

17.6.1: Caso autorizada transmissão de dados pela CONTRATADA a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.

17.7 A CONTRATADA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

17.8 A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato ao MUNICÍPIO DE LINHARES a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a qualquer Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

17.8.1 A comunicação acima mencionada não eximirá a CONTRATADA das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

17.9 Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo MUNICÍPIO DE LINHARES, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.

17.10 A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela Autoridade Nacional decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pelo MUNICÍPIO DE LINHARES para as finalidades pretendidas neste contrato.

17.11 A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pelo MUNICÍPIO DE LINHARES.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1 As controvérsias decorrentes deste contrato serão dirimidas no foro da Comarca de Linhares, Estado do Espírito Santo, nos termos do art. 99, I, do Código de Processo Civil, c/c o art. 109, I, da Constituição Federal.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato lavrado em quatro vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

Linhares - ES, _____ de _____ de _____.

MUNICÍPIO DE LINHARES - ES

SECRETARIA MUNICIPAL DE -----

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 - -----

2 - -----



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO

RESUMO DA PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO III

1. Pela presente, declaramos inteira submissão aos preceitos em vigor, especialmente os da Lei nº 14.133/21.
2. Propomos prestar ao Município os serviços e fornecimentos objetos desta licitação, pelos preços a seguir indicados, relativos ao **Valor da mão de obra/hora** ----- e % ----- **de desconto sobre peças e acessórios**. Os preços de mão de obra estão cotados em moeda nacional, sem centavos, e o desconto expresso em número inteiro, sem casas decimais, conforme indicado no Edital.
3. Para fins de julgamento dos itens calculamos o valor de referência para o lote nº ----- de acordo com a fórmula estabelecida no Edital:

$$VR = (60 \times M) + 40 \times (100 - P)$$

Sendo VR = valor referencial

M = mão de obra/hora - número inteiro sem centavos

P = desconto sobre peças e acessórios - número inteiro sem casas decimais

LOTE VALOR MÃO DE OBRA/ HORA

(M)

% DESCONTO S/

PEÇAS E ACESSÓRIOS

(P)

VALOR REFERENCIAL

$$(60 \times M) + 40 \times (100 - p)$$

Exemplo Lote X 50 10

$$VR = (60 \times 50) + [40 \times (100 - 10)] = 3.000 + (40 \times 90) = 6.600$$

4. Declaração de que na execução dos serviços serão utilizados componentes, e só utilizará peças, componentes e acessórios originais, genuínos e legítimos, nacionais ou importados, assim entendidas e garantias pela montadora dos respectivos equipamentos.
5. Declaração de que dispõem de aparelhos, instalações básicas, materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas, etc., necessários para a completa realização dos serviços, e que estes serão utilizados na execução dos serviços sem qualquer ônus adicional para o Município.
6. Declaração se comprometendo, caso venha a ser vencedora da presente licitação, a apresentar a tabela de preços das peças fornecidas pelas montadoras no ato da assinatura do Contrato;
7. DECLARO que nos preços ora propostos e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances, estão incluídos todos os custos que se fizerem indispensáveis à perfeita execução dos serviços objeto desta proposta.

Pregão Presencial FMS nº 005/2026

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -

CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhares.es.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

8. Declaração de que oferece garantia mínima de 90 (noventa) dias os serviços e peças.

9. O prazo de validade desta proposta é de: mínimo de 90 (noventa) dias.

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Telefones: _____

FAX: _____

E-mail: _____

Banco: _____ Agência: _____ Conta: _____

Local/Data: _____

Nome do representante legal: _____

CPF: _____ Ident. _____

Domicílio e cargo na empresa _____

Profissão: _____

Assinatura do Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº -----/2026

ANEXO IV

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR
INDIVIDUAL**

Para fins de participação na licitação realizada na modalidade Pregão Presencial FMS nº /2026, a(o) (nome da Empresa), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº , sediada (o) (Endereço completo), declara, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e, que essa Empresa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei.

Declara ainda a intenção de usufruir, caso necessite, do prazo de regularização fiscal previsto nos artigos 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, estando ciente de que a não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90, §5º da Lei 14.133/2021 e suas alterações.

Linhares, _____ de _____ de _____.

(sócio administrador)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº ----/2026

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

**(INEXISTÊNCIA DE MENORES EM SEU QUADRO DE PESSOAL, CONFORME DETERMINA O INCISO XXXIII
DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI N.º 9.854/99, REGULAMENTADA PELO DECRETO N.º
4.358/02);**

_____, (nome da empresa), inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Linhares - ES, _____ de _____ de 2026

(REPRESENTANTE LEGAL)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº ----/2026

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO

(RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL);

_____, (nome da empresa), inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Linhares - ES, de de 2026

(REPRESENTANTE LEGAL)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

MODELO

ANEXO VII

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, a participar da licitação instaurada pelo Município de Linhares - ES, sob o FMS nº ____/26 na modalidade PREGÃO, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas, lances verbais e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Linhares - ES, _____ de _____ de 2026.

(nome, cargo e qualificação do outorgante)

OBS. O credenciamento deverá ser devidamente assinado com reconhecimento de firma e/ou assinatura digital.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
ESPÍRITO SANTO**

MODELO DE DECLARAÇÃO

CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____,
sediada (endereço completo) _____, declara, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de
habilitação para o presente procedimento licitatório.

Linhares - ES, de de 2026

NOME E ASSINATURA DO DECLARANTE



ANALISE DE RISCOS

Esta Análise de Riscos será parte integrante do Processo Administrativo nº007490/2026, instruído com a finalidade de realizar a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE SERRALHERIA E CALDEIRARIA** em materiais de ferro, metal e inox (camas hospitalares, patinhos de inox, comadres, jarros, macas, mesas, armários, carrinhos, suportes de soro, estantes, tampas de caixas de esgoto, portas, portões, grades, calhas, trilhos, soldas, pinturas em geral em material ferroso, limpezas e demais estruturas metálicas), com fornecimento de material de ferro, metais, aço inox e outros materiais necessários, para atender o Hospital Geral de Linhares, pelo período de 12 (doze) meses, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, no critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE (MAIOR DESCONTO)** modo de disputa ABERTO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Instrumento e seus anexos.

1. DADOS DO PROCESSO:

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE SERRALHERIA E CALDEIRARIA** em materiais de ferro, metal e inox (camas hospitalares, patinhos de inox, comadres, jarros, macas, mesas, armários, carrinhos, suportes de soro, estantes, tampas de caixas de esgoto, portas, portões, grades, calhas, trilhos, soldas, pinturas em geral em material ferroso, limpezas e demais estruturas metálicas), com fornecimento de material de ferro, metais, aço inox e outros materiais necessários, para atender o Hospital Geral de Linhares, pelo período de 12 (doze) meses, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, no critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE (MAIOR DESCONTO)** modo de disputa ABERTO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Instrumento e seus anexos.



2. FASE PROCESSUAL:

Modalidade de **PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL**, assim, visto que a presente contratação se enquadra nos moldes da Lei 14.133/2021.

3. RISCOS REFERENTES À FASE INICIAL DO PROCESSO:

Risco 01: Planejamento deficiente:

Probabilidade:

☒ Baixa ☐ Media ☐ Alta

Impacto:

☐ Baixa ☒ Media ☐ Alta

Danos: O prejuízo ao atendimento na Unidade Hospitalar, , garantindo, portanto uma maior promoção, proteção e recuperação a sua saúde, além de melhor sobrevida dos pacientes.

Ações Preventivas: Realizar planejamento eficiente e quantificar adequadamente o objeto conforme as necessidades do HGL- Hospital Geral de Linhares.

Ações de Contingências: Revisão de quantitativos, realizar cotações com o menor tempo possível para que a Contratação anual tramite mais ágil e que se possa concluir o certame em tempo hábil.

Risco 02: Elaboração do Termo de Referencia inadequado:

Probabilidade:

☒ Baixa ☐ Media ☐ Alta

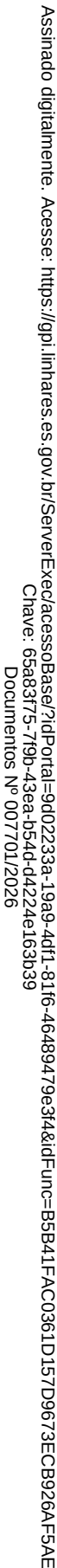
Impacto:

☐ Baixa ☒ Media ☐ Alta

Danos: Atraso no processo de Contratação e conseqüentemente, atraso no início dos serviços

Ações Preventivas: Instruir o Estudo Técnico e o Termo de Referência em estrita aderência às disposições dos normativos aplicados à Contratação.

Ações de Contingências: Revisar e refazer o Termo de Referencia.



3



☒) Baixa ☐) Media ☐) Alta

Impacto:

☐) Baixa ☐) Media ☒) Alta

Danos: Não contratação do serviço, infringir a legislação.

Ações Preventivas: Análise da viabilidade técnica e econômica, Viabilidade da adjudicação por grupo.

Ações de Contingências: Reavaliar o critério de adjudicação e realizar novo certame.

Risco 06: Deficiências do ato convocatório, critérios de julgamento, prazos e sanções, entre outros:

Probabilidade:

☒) Baixa ☐) Media ☐) Alta

Impacto:

☐) Baixa ☐) Media ☒) Alta

Danos: Impugnação do edital, insucesso na contratação.

Ações Preventivas: Capacitação de servidores; incorporar as atualizações da legislação; Estabelecer rotinas de revisão, Submeter o ato convocatório à análise jurídica, utilizar minutas padronizadas.

Ações de Contingências: Suspensão da licitação

Risco 07: Impugnação do edital:

Probabilidade:

☐) Baixa ☒) Media ☐) Alta

Impacto:

☐) Baixa ☒) Media ☐) Alta

Danos: Atraso nas aquisições/contratações.



Ações de Contingências: Analisar detalhadamente os pedidos de impugnação e tomar as providências necessárias.

Probabilidade:

Impacto:

☐ Baixa ☐ Media ☒ Alta

Ações Preventivas: Avaliar a especificação dos materiais, realizar ampla pesquisa de mercado, de acordo com a legislação vigente.

Ações de Contingências: Republicar o edital, após saneamento dos vícios que resultaram no fracasso.

Probabilidade:

(x) Baixa () Media () Alta

Impacto:

☐ Baixa ☐ Media ☒ Alta

Danos: Não recebimento do serviço em conformidade, atraso no fornecimento.

Ações Preventivas: Inserir de forma clara no Termo de Referência e, quando for o caso, no edital as regras de qualificação técnica e econômico-financeira essenciais.

Ações de Contingências: Inabilitar o fornecedor quando não atendidos os pré-requisitos dispostos nos instrumentos TR e Edital, convocar o fornecedor subsequente.



Risco 10: Atraso no início do serviço:

Probabilidade:

() Baixa (x) Media () Alta

Impacto:

() Baixa () Media (x) Alta

Danos: Falta pode significar interrupções constantes no tratamento, o que afeta a qualidade de vida do usuário e a credibilidade dos serviços fornecidos e do sistema de saúde como um todo.

Ações Preventivas: Notificar formalmente o fornecedor sobre a necessidade de início da prestação do serviço dentro do prazo, depois de decorrido metade do prazo legal. Inclusão de cláusulas de penalidades em caso de atrasos injustificados, entregas fora da especificação e ou descumprimento das obrigações.

Ações de Contingências: Notificar a contratada pelo descumprimento do prazo e instaurar processo administrativo sancionador.

Risco 11: Objeto entregue fora da especificação licitada:

Probabilidade:

() Baixa (x) Media () Alta

Impacto:

() Baixa () Media (x) Alta

Danos: Comprometimento na recuperação deste usuário, a prestação do serviço não atende a demanda da instituição.

Ações Preventivas: Conferir se a proposta apresentada pela empresa está em conformidade com o edital, incluir cláusulas de penalidades em caso de atrasos injustificados, entregas fora da especificação e ou descumprimento das obrigações.

Ações de Contingências: Rejeitar o objeto e solicitar a correção das devidas irregularidades.

Risco 12: Descumprimento das obrigações pela empresa contratada:

Probabilidade:



() Baixa (x) Media () Alta

Impacto:

() Baixa () Media (x) Alta

Danos: Não atendimento das necessidades da Instituição

Ações Preventivas: Fiscalizar tempestivamente cada ação da contratada com relação à execução do objeto, solicitar junto ao fornecedor esclarecimentos ou aviso de irregularidade oferecendo prazo para regularização da obrigação, Incluir cláusulas de penalidades em caso de atrasos injustificados, entregas fora da especificação e ou descumprimento das obrigações.

Ações de Contingências: Aplicar penalidades à empresa, tempestivamente, para que os prejuízos sejam evitados ou mitigados, Instaurar processo administrativo sancionador pela inexecução do objeto.

4. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO MAPA DE RISCOS:

Declaro para devidos fins, que o Departamento de Atenção Primária é responsável pela elaboração do Presente documento, através de seu representante abaixo assinalado:

Linhares, ES- 02 de março de 2026.

Assinado por LUCIMAR CONTI 891.***.***.**
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
26/03/2026 15:10:36

Lucimar Conti
Coordenadora Compras
Hospital Geral de Linhares

Assinado por CLEZIA APARECIDA MARTELLI LAURETE 110.***.***.
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
26/03/2026 15:10:36
Clezia Aparecida Martelli Laurete
Diretora Geral
Hospital Geral de Linhares

ALEXANDRE MARIM
VIEIRA:0539337978

Assinado de forma digital
por ALEXANDRE MARIM
VIEIRA:05393379781
Dados: 2026.10.22 14:42:48
-03'00'